



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO  
DOS RECURSOS NATURAIS  
E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



GESSIVALDO DE JESUS DA SILVA FERREIRA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE GRANDES PROJETOS E ORGANIZAÇÕES  
COMUNITÁRIAS NA AMAZÔNIA: O CASO DO PORTO DA CARGILL NA ILHA DO  
CAPIM, ABAETETUBA-PA**

ABAETETUBA – PA

2020

GESSIVALDO DE JESUS DA SILVA FERREIRA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE GRANDES PROJETOS E ORGANIZAÇÕES  
COMUNITÁRIAS NA AMAZÔNIA: O CASO DO PORTO DA CARGILL NA ILHA DO  
CAPIM, ABAETETUBA-PA**

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Assunção de Farias. Coorientador: Prof. Dr. Luís Otávio do Canto Lopes.

ABAETETUBA – PA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S586i SILVA FERREIRA, GESSIVALDO DE JESUS DA.  
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE GRANDES  
PROJETOS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS NA  
AMAZÔNIA: : O CASO DO PORTO DA CARGILL NA ILHA  
DO CAPIM, ABAETETUBA-PA / GESSIVALDO DE JESUS DA  
SILVA FERREIRA. — 2020.  
58 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. André Luís Assunção de Farias  
Coorientador(a): Prof. Dr. Luís Otávio do Canto Lopes  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo  
do Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de  
Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém,  
2020.

1. Conflitos socioambientais. 2. Grandes projetos. 3.  
Movimentos sociais. 4. Organizações sociais. I. Título.

CDD 303

---

GESSIVALDO DE JESUS DA SILVA FERREIRA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE GRANDES PROJETOS E ORGANIZAÇÕES  
COMUNITÁRIAS NA AMAZÔNIA: O CASO DO PORTO DA CARGILL NA ILHA DO  
CAPIM, ABAETETUBA-PA**

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Defendido e aprovado em: 25 / 05 / 2020

Conceito: \_\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. André Luís Assunção de Farias – Orientador  
Doutor/ Universidade Federal do Pará

---

Prof. Dr. Luís Otávio do Canto Lopes – Coorientador  
Doutor/ Universidade federal do Pará

---

Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares – Membro  
Doutor/ Universidade Federal do Pará

---

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – Membro  
Doutor/ Universidade Federal do Pará

ABAETETUBA – PA

2020

Dedico este trabalho a Deus,  
meus familiares, amigos e à comunidade em  
geral.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, Criador do Céu e da Terra, mantenedor e redentor de nossas vidas.

À Universidade Federal do Pará/UFPA, ao Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), e ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) pela parcela de Contribuição Científica e Social.

A todos os professores do PPGEDAM que contribuíram de maneira significativa para o incentivo à pesquisa e interação com a prática da realidade atual.

Ao meu Orientador Prof. Dr. André Farias, pela competência, humanidade, visão e preocupação social.

Ao meu Coorientador Prof. Dr. Otávio do Canto, homem incansável, dedicado e amante da pesquisa científica.

A todas as comunidades e organizações sociais amazônicas envolvidas no âmbito da pesquisa.

À Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia-FAM, Gilberto Rocha e Edizângela Bastos que contribuíram para esta parceria FAM/NUMA.

A todos os colaboradores que contribuíram direta e indiretamente com o desenrolar da pesquisa, da troca de experiências e interesse social.

À todos, meu muito obrigado!

“Para atingir a grandeza: comece onde você está, use o que tem, faça o que puder”.

(Arthur Ashe).

## RESUMO

Este estudo discute o aumento dos conflitos socioambientais e injustiças sociais que afetam o modo de vida de populações ribeirinhas, pescadores artesanais, agricultores rurais e outras, consideradas minorias vulneráveis em decorrência da implantação de grandes projetos na Amazônia, mais precisamente a possível implantação do terminal portuário de uso privado TUP de Abaetetuba da empresa norte americana Cargill em Urubueá- Abaetetuba. Trata-se de uma análise dos impactos indiretos, uma vez que o porto ainda não foi implantado. O objetivo geral é compreender como os impactos socioambientais latentes da implantação do porto da Cargill se relacionam com as organizações sociais da comunidade da Ilha do Capim. Foram realizadas pesquisas de base documental, bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados apontam que os impactos socioambientais provocados pelo processo de instalação do Porto da Cargill traz prejuízos aos moradores, prejudicando atividades tradicionais, como a pesca, interferindo diretamente na vida cotidiana da comunidade, por sua vez gerando um processo dialético com a criação de novos processos e espaços organizativos e resistência política.

**Palavras-chave:** Conflitos socioambientais, grandes projetos, movimentos sociais, organizações sociais.



## **ABSTRACT**

This study discusses the increase in socio-environmental conflicts and social injustices that affect the way of life of riverside populations, artisanal fishermen, rural farmers and others, considered vulnerable minorities due to the implementation of large projects in the Amazon, more precisely the possible implementation of the port terminal of private use TUP of Abaetetuba of the North American company Cargill in Urubuéua- Abaetetuba. This is an analysis of the indirect impacts, since the port has not yet been implemented. The general objective is to understand how the latent socio-environmental impacts of implementing the Cargill port relate to the social organizations of the Ilha do Capim community. Documentary, bibliographic research, semi-structured interviews and direct observation were carried out. The results show that the socio-environmental impacts caused by the process of installing the Port of Cargill brings harm to residents, harming traditional activities, such as fishing, directly interfering in the daily life of the community, in turn generating a dialectical process with the creation of new processes and organizational spaces and political resistance.

**Keywords:** Socio-environmental conflicts, major projects, social movements, social organizations.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Balsa carregando minério .....	32
Figura 2 – Reunião com os moradores das ilhas de Abaetetuba.....	35
Figura 3 – Mapeamento das organizações internas e externas das comunidades.....	37
Figura 4 – Manifestação contra a poluição das águas em favor da preservação da região.....	38

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>GRANDES PROJETOS, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: TEORIA E MÉTODO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Grandes projetos: complexo mineiro metalúrgico e equipamentos portuários do agronegócio .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Impactos socioambientais: aporte teórico e normativo .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3</b>	<b>Organizações sociais e meio ambiente: gênese e transformações .....</b>	<b>20</b>
<b>2.4</b>	<b>Conflitos socioambientais: força motriz das novas formas organizativas .....</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>MÉTODO: METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS .....</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>HISTÓRICO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA ILHA DO CAPIM .....</b>	<b>26</b>
<b>4.1</b>	<b>Contexto histórico da ilha do capim .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1.1</b>	<b>Antecedentes históricos e formação social .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1.2</b>	<b>A história das comunidades ribeirinhas: Abaetetuba-Pará .....</b>	<b>29</b>
<b>4.1.3</b>	<b>A história ganha novos contornos com a chegada dos grandes projetos .....</b>	<b>31</b>
<b>4.1.4</b>	<b>A história a partir do processo de instalação do Porto da Cargill .....</b>	<b>33</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES: IMPACTOS, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TRANSFORMAÇÕES ORGANIZATIVAS .....</b>	<b>35</b>
<b>5.1</b>	<b>A percepção da comunidade católica de São Pedro – Rio Caratateua – ilha do Capim .....</b>	<b>39</b>
<b>5.2</b>	<b>A percepção da Associação dos Moradores da Ilha de Abaetetuba – AMIA .....</b>	<b>42</b>
<b>5.3</b>	<b>A percepção da comunidade católica Santo Antônio .....</b>	<b>46</b>
<b>5.4</b>	<b>A percepção da associação de moradores da ilha do Capim .....</b>	<b>50</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Preocupações relacionadas com o aumento dos conflitos socioambientais e injustiças sociais que afetam o modo de vida de populações indígenas, ribeirinhas, pescadores artesanais, agricultores rurais e outras, consideradas minorias vulneráveis, têm despertado o olhar de diversos segmentos da sociedade e revitalizado uma agenda de pesquisa científica.

Os grandes projetos e empreendimentos eram realizados até recentemente, com objetivos quase que exclusivamente econômicos. Hoje, com a conscientização pública dos crescentes problemas socioambientais decorrentes de tais práticas, têm-se conduzido a uma reformulação desse pensamento, pelo menos em termos formais e discursivos. O componente social e ambiental passa então a ganhar a adequada consideração com elementos de análise no processo de planejamento. Considerar o ser humano como elemento componente do ecossistema e sua dinâmica, tende a ser revisto através de políticas e posturas ambientais tomadas, inclusive, para a continuidade do crescimento econômico, agora sob auspícios do *desenvolvimento sustentável*.

As populações do campo em questão entendidas, são aquelas que habitam a Ilha do Capim, cuja relação com a natureza é marcada por um processo herdado culturalmente de antigos grupos nativos da região. Com destaque para as populações ou comunidades designadas pelo termo “ribeirinhas”, trata-se daquelas que habitam as margens dos rios nesta região, vivendo da extração e manejo de recursos florestais e aquáticos e da agricultura familiar.

Os órgãos ambientais no Brasil, de um modo geral, não dispõem de estrutura física e de recursos humanos e financeiros adequados para conduzir o processo de avaliação de impacto ambiental. Assim sendo, os responsáveis pela elaboração desses estudos são as próprias empresas, que os fazem de forma não aprofundada, utilizando métodos simplificados, acarretando inúmeros impactos ambientais e conseqüentemente sociais, contudo sem a participação social<sup>1</sup>.

Procurou-se examinar os movimentos sociais da Ilha do Capim, localizada no estuário amazônico, município de Abaetetuba-PA, analisando as tomadas de decisão, assim como formas de pensar e agir no território, abordando a natureza sociopolítica da população que apresenta características organizacionais diferenciadas quanto à capacidade e ao esforço de se

---

<sup>1</sup> A participação popular como prática do desenvolvimento de uma comunidade tem se tornado essencial, uma vez que nesse processo as populações se identificam com seu espaço de vivência, através de elementos comuns ali presentes, destacando-se as ações comunitárias que levam à produção da organização social da população (SOUZA, 2000).

organizar na busca por melhores condições de vida.

As organizações comunitárias existentes na área em estudo têm suas lideranças nas igrejas católica e evangélica, comunidade de pescadores da Ilha de Abaetetuba e associação de moradores da Ilha de Abaetetuba. A associação de moradores das ilhas e arquidiocese de Abaetetuba tem em vista o debate sobre o desenvolvimento regional e a preservação do ecossistema.

É importante destacar a relevância das organizações sociais dentro de um contexto de direitos negados e de desrespeito aos povos tradicionalmente existentes na região Amazônica. Como já mencionado, estes, travam lutas de resistência e defesa da vida e pela garantia de direitos. Organizam-se, articulam e integram movimentos de resistência, principalmente contra o grande capital. São justamente essas organizações e movimentos sociais que este trabalho irá abordar, apresentando-o em um pedaço da Amazônia brasileira na Ilha do Capim, mais precisamente na porção conhecida como Urubuéua<sup>2</sup>.

A construção do porto vem causando muitas divergências de opiniões. A população nativa é contra a construção do porto, devido aos possíveis impactos que a comunidade poderá vir a sofrer, o que vem gerando revolta e originou um movimento contra a construção do porto, ganhando apoio das principais lideranças sociais da região. As comunidades da Ilha do Capim têm se adaptado às interferências exógenas, traçando estratégias de sobrevivência.

Neste sentido, esta problemática foi analisada por intermédio do seguinte problema de pesquisa: Como os impactos socioambientais do processo de implantação do Porto da Cargill têm refletido na organização da comunidade da Ilha do Capim? A hipótese principal foi confirmada na medida que as organizações sociais têm buscado novas formas de organização, unidade na ação e resistências políticas, inclusive unificando diferentes partes do território e distintos grupos em sua formação social, econômica e religiosa.

A partir desse cenário, esse trabalho tem como objetivo analisar o processo de implantação do porto da Cargill, seus impactos socioambientais e como se relacionam com as organizações sociais da comunidade da Ilha do Capim. Para tal, se faz necessário verificar a origem da Ilha do Capim, as organizações sociais presentes e suas lideranças.

---

<sup>2</sup> Urubuéua é uma ilha, que fica localizada próxima a Ilha do Capim, ambas pertencentes ao município de Abaetetuba no estado do Pará. Em Urubuéua está previsto a construção de um terminal portuário de uso privado o qual beneficiará a empresa Cargill, que servirá para realizar a exportação de vários tipos de mercadorias e receberá cargas de grãos da região Centro-Oeste do país, especialmente dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso. A comunidade compreendem como único território.

Para complementar o objetivo geral foram definidos como objetivos específicos: a) identificar as possíveis relações entre impactos e transformações na dinâmica social com o processo de instalação do porto; b) analisar os conflitos socioambientais que ordenam as dinâmicas sociais e políticas, analisando os diferentes níveis de participação de todos os agentes envolvidos; d) criar um portal informativo, conectando as diversas organizações sociais;

Quanto à estrutura desta dissertação está estruturada em três capítulos, com exceção desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata do referencial teórico e metodológico acerca de grandes projetos na Amazônia e os impactos socioambientais que a implantação desses grandes projetos causa às populações dessas regiões, problematizando a importância dos movimentos sociais, além dos recursos metodológicos utilizados na pesquisa. O segundo capítulo é histórico, descreve o surgimento da Ilha do Capim, a sua historicidade desde a sua formação até os dias de hoje. Faz uma análise dos grupos sociais presentes na Ilha do Capim, suas lutas a favor do meio ambiente e interesse do povo, e como o processo de implantação do porto da Cargill está afetando as organizações sociais da Ilha do Capim. Ademais, localiza e descreve o empreendimento portuário de uso privado, o Terminal Portuário de Uso Privado de Abaetetuba, Pará. O terceiro capítulo, traz o cerne da pesquisa, apontando os resultados e as discussões, por meio de análise qualitativa a partir dos dados de entrevistas da Comunidade Católica de São Pedro- Rio Caratateua-Ilha do Capim; da Associação dos moradores da ilha de Abaetetuba – AMIA; da Comunidade Católica Santo Antônio e da Entrevista com o Sr. Domingos Teles Assunção, presidente da associação de moradores há seis anos.

## **2 GRANDES PROJETOS, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: TEORIA E MÉTODO**

### **2.1 Grandes projetos: complexo mineiro metalúrgico e equipamentos portuários do agronegócio**

A Região Amazônica é conhecida pela sua enorme riqueza em fauna e flora, associada a belezas naturais exuberantes não encontradas em nenhum outro lugar do planeta, sendo uma área de grandes projetos desenvolvimentistas, denominada por Sousa (2011) como a região das coisas grandiosas. Hebette (2004) destaca que é justamente pelo fato da Amazônia dispor de muitas riquezas naturais que o grande capital se interessa por ela, com o objetivo de capitalização de seus bens naturais para exportação em massa e geração de capital para as grandes indústrias.

No que se refere aos grandes projetos na Amazônia, não é novidade que estes visam a implementação de infraestrutura nas cidades e redondezas. Apesar da maioria dos projetos não serem de mesma composição, eles tiveram o mesmo objetivo: dispor as bases para crescimento do capitalismo na região. Na maioria dos casos, estudos revelaram que apesar dos empreendimentos terem sido realizados nessas localidades, pouca coisa ou quase nada mudou em proveito das comunidades<sup>3</sup>.

A Amazônia se destaca em um cenário de profundas transformações históricas que levaram e continuam levando-a a um desgaste e até mesmo ao esgotamento dos seus recursos naturais que são a base de sobrevivência do povo amazônico e de outra grande parcela de indivíduos. Segundo Rodrigues (2015), os recursos naturais são bens que provém da natureza e que o homem pode utilizar para satisfazer suas necessidades, podendo classifica-los como renováveis e não renováveis. Os recursos naturais dão ao homem artefatos suficientes para alimentar, vestir, morar, viver bem, entre muitas outras coisas que fazem parte desse universo, logo, sem os recursos disponíveis na natureza a sobrevivência da espécie humana seria impossível. A escassez desses recursos já é perceptível, e em muitas populações que dependem diretamente deles, não conseguem mais satisfazer tais necessidades.

Em relação ao crescimento das grandes indústrias e suas implantações em proximidades com comunidades ribeirinhas, a questão ambiental tornou-se mais agravante, havendo uma mudança simultânea na dinâmica socioespacial e ambiental dessas comunidades. Há, portanto, um determinante comum para o surgimento do grande projeto na Amazônia, que explica outros casos surgidos nela em outros períodos históricos e, no caso da Amazônia brasileira.

Vale salientar que os grandes projetos na Amazônia foram planejados obedecendo a uma política de desenvolvimento regional para aproveitamento do seu potencial energético, seja na forma de geração de energia hidrelétrica, de exploração madeireira ou de exploração mineral (INPA, 1982)<sup>4</sup>.

Na década de oitenta do século XX, as grandes empresas mineradoras se instalaram nos municípios vizinhos à Ilha do Capim, trazendo com elas não somente o chamado progresso,

---

<sup>3</sup> Para Carvalho (2012), os grandes projetos na Amazônia não favorecem a reprodução social do homem do campo. Quando ocorre, é apenas o efeito secundário proporcionado pelos projetos. A finalidade principal destes é, justamente, garantir o acesso, o uso e o controle de territórios e dos recursos neles disponíveis por parte de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais.

<sup>4</sup> Dos grandes projetos instalados na Amazônia, das mais diversas atividades econômicas, a mineração tem sido uma das que mais tem gerado alterações não somente ao meio ambiente, mas também no próprio modo de vida do homem local, muitos dos quais de difícil solução ou, às vezes, de solução socioeconômica inviável, ou insustentável. As alterações consequentes da mineração ocorrem em todos os meios, físico, biótico e antrópico.



mas os impactos resultantes dele, tanto para o meio ambiente quanto para a população que ali vive. O rio é fonte de vida e sustento para as famílias da Ilha. Os impactos socioambientais desses projetos têm um histórico de danos ambientais na comunidade estudada.

A expansão das fronteiras da acumulação não aponta para arranjos institucionais consensuais, mas antes, para o dissenso, pelo qual pretendem concorrer para a produção não hegemônica de sentidos e territórios (ACSELRAD, 2010). No Brasil, a aplicação do agronegócio teve início apenas na década de 1990, com objetivo de contrapor a agricultura familiar desenvolvida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996 (PIRES *et al*, 2013). A partir dessa década, o termo agronegócio torna-se sinônimo de agricultura moderna, realizada em moldes capitalistas, ligado à cadeia produtiva, visando a efetivação de uma agricultura de grande escala no país.

O agronegócio é um setor que vem crescendo ininterruptamente no Brasil, atingindo grande representatividade econômica e é um segmento que movimenta o país<sup>5</sup> e que tem base nas mudanças econômicas mundiais, impactando local, regional, nacional e internacionalmente. Contudo, estas abordagens negligenciam os impactos e conflitos socioambientais.

Na Amazônia, o agronegócio se alastra sobre a floresta. O cultivo de grãos como soja, milho e arroz, propaga-se sobre a cobertura vegetal e contribui para a elevação dos desflorestamentos, das queimadas e no pressionamento do território dos homens que ali habitam, alterando a relação desses homens com seus lugares. Um exemplo pode ser evidenciado ao longo do eixo da Cuiabá-Santarém (BR-163)<sup>6</sup>, corredor rodoviário que interliga Santarém (PA) e o limite do estado de Mato Grosso, despontando-se como áreas da expansão de grãos e uma região de intensos conflitos, onde se encontram o “Arco do Fogo” ou “Arco do Desmatamento”.

## 2.2 Impactos socioambientais: Aporte teórico e normativo

Para avaliar os Impactos Socioambientais hoje, é fundamental compreender que os domínios do capitalismo tem agredido a natureza de forma predatória, causando uma degradação ambiental intensa e até mesmo extinguindo espécies animais e vegetais, alterando

---

<sup>5</sup> Para Buainain e Souza Filho (2001), no agronegócio brasileiro é incontestável o potencial e os resultados seguros das atividades agropecuárias diante ao desenvolvimento do setor, contribuindo para o crescimento do país.

<sup>6</sup> Segundo Schlesinger & Noronha (2006), a rodovia Cuiabá-Santarém é uma rodovia de interesse estratégico e de avanço do capital, dilacerando sobre o seu eixo, os conflitos agrários e ambientais.

consideravelmente a biodiversidade e o modo de vida do homem. O “progresso cada vez mais rápido do trem da civilização industrial e capitalista em direção ao abismo, um abismo que se chama catástrofe ecológica” (LOWY, 2013 p.84).

A construção de rodovias, o funcionamento de hidrelétricas, o impacto das barragens, a construção de portos e suas atividades que ajudam no aumento da derrubada da floresta, caracteriza perda de biodiversidade. Assim como as atividades de mineração em que as principais reservas de minérios estão situadas na região amazônica e que tem atraído a atenção de grandes investidores nacionais e internacionais, o processo de extração de minérios é altamente devastador para o meio ambiente, destruindo-o em diferentes aspectos físicos e sociais.

É sabido que para a construção de grandes empreendimentos é necessária a grande retirada da cobertura vegetal, a qual acelera os processos erosivos, a compactação do solo, entre outros. Consequentemente, causa o desaparecimento ou transformação do habitat para diversas espécies, as quais são forçadas a migrar para outros locais e as que não se adaptam às novas condições, desaparecem.

Hannigan (1997) considera que o principal caráter de uma análise construcionista é a preocupação com a forma pela qual as pessoas determinam o significado do seu mundo. No que diz respeito à questão ambiental, sua análise consiste em demonstrar que os problemas ambientais não existem por si mesmos, mas constituem o resultado de um processo de construção social multifacetado.

Segundo Loureiro (2012), desde o ano de 1500, com a chegada dos europeus, traçou-se uma trajetória de perdas e danos, gerando assim, constantemente mais recursos para fora do que para os seus. Tem-se, portanto um cenário de acontecimentos que produzem consequências complexas para o equilíbrio do ambiente e das sociedades humanas na região, dentre os quais se destacam: a exploração ilegal de madeiras, desmatamento de florestas, terras sendo destinadas ao agronegócio e consequentemente a ocupação dos territórios de comunidades tradicionais. É perceptível que conflitos socioambientais são travados nesse cenário.

A dimensão econômica é definida por Oliveira (2005) como algo de caráter financeiro e de expansão de mercado capitalista, que correspondem aos aspectos de produtividade e competitividade das empresas, principalmente as estrangeiras. Desta forma, o modo de produzir é o foco no uso do território em que os espaços e os recursos nele contidos são meios de produção numa relação totalmente material entre sociedade e natureza. Logo, a economia não obedece a um comportamento linear e contínuo no qual os setores tidos como modernos vão paulatinamente tomando o lugar das atividades tradicionais (OLIVEIRA, 2005).

Trata-se, portanto, de um território que também tem em sua base relações materiais, mas principalmente as imateriais simbólicas entrelaçadas entre sociedade e natureza, promotoras da cultura<sup>7</sup>, valores históricos e práticas político- sociais, de cujas relações afloram saberes, colocações políticas, experiências de organização social e condições de sobrevivência e resistência. Desta forma, esses aspectos representam um dos fatores de organização e mobilização da sociedade civil amazônica diante do processo de avanço do capitalismo em curso na região.

Com isso, está se vivenciando uma profunda reconfiguração territorial decorrente do processo de expansão capitalista na Amazônia, havendo também uma reconfiguração dos sujeitos coletivos<sup>8</sup> que capitaneiam a resistência nessa região.. Existe, portanto, uma diversidade de coletivos de diferentes organizações sociais, destacando na Amazônia os indígenas, extrativistas, grupos de mulheres, agricultores familiares camponeses, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, entre muitos outros que compõem esse universo e que realizam críticas contundentes, não somente ao modelo de desenvolvimento, mas à própria ideia de civilização. Para Carvalho (2012), o bem viver talvez seja o maior exemplo pelo qual esses povos resistem, pois de alguma forma eles mantêm uma relação diferenciada com a natureza, contrapondo as relações estabelecidas pela sociedade em que estão inseridos.

São, portanto, esses povos que resistem às tentativas de conglomeração econômica forjada por empresas nacionais e transnacionais que buscam ter o acesso, uso e controle de vastos territórios. Por isso, não há como negar a relevância desses segmentos nas principais lutas sociais existentes no Brasil e especialmente na região Amazônica, espaço de grandes disputas e que retém em si grandes impactos na sociedade e no meio ambiente, causados por grandes empreendimentos e outros fatores deste mesmo segmento.

Sanchez (2013) destaca que, conceituar ambiente no que se refere à questão ambiental, é tratar de conceitos amplos, multifacetados e maleáveis, ou seja, uma vez que se trata de elementos que podem ser tanto da natureza como da sociedade, verifica-se uma dimensão ampla que pode ser compreendida a partir de diferentes percepções, podendo ser de cunho mais restrito ou ampliado, variando de acordo com interesses e objetivo. É fundamental se ter essa

---

<sup>7</sup> A dimensão sociocultural, destacada por Gehlen (2006) faz parte de uma rede de relações complexas, sendo o território visto como patrimônio sociocultural. Portanto, é um espaço que abriga, que produz e que tem cultura, aprendizagem, identidade, relações afetivas e inúmeras histórias que ultrapassam gerações.

<sup>8</sup> Wagner (2010) define esses sujeitos como sujeitos da ação, à medida que de forma coletiva constroem suas identidades e politizam suas realidades locais.

compreensão de ambiente, seja essa ampla ou restrita, pois é isto que vai determinar o alcance de políticas públicas de ações empresariais e de iniciativas da sociedade civil. Assim, a compreensão deste conceito de ambiente associado a impactos é fundamental, uma vez que neste campo de impacto ambiental, é possível perceber nos estudos e análises os fatores determinantes, as percepções e as previsões de ações negativas, positivas, imediatas ou futuras que podem ocorrer no ambiente.

Segundo o artigo 1º da resolução 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), impacto ambiental é:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultantes das atividades humanas que afetam diretamente ou indiretamente: A saúde, a segurança e o bem estar da população; As atividades sociais e econômicas; A biota; As condições estéticas e sanitárias ambientais; A qualidade dos recursos ambientais.

Neste sentido é fundamental buscar prever os impactos<sup>9</sup>, com monitoramento e fiscalização efetivas. Logo, prever impactos é prevenir ações negativas que podem ocorrer no meio ambiente a partir de sua compreensão. Trata-se de uma espécie de antídoto para os desvarios do capitalismo selvagem, por meio do qual se evitam radicalismo, ao mesmo tempo em que se exige correção e inteligência na construção do futuro. O que se percebe, no entanto, é que mesmo prevendo tais impactos em estudos como o EIA (Estudo de impacto ambiental) e o RIMA (Relatório de impacto ambiental), grandes projetos são instalados e tais impactos são vistos como algo sem relevância. O lucro, a ambição, a capitalização dos recursos naturais sendo transformados em matéria prima e em produtos para exportação são o foco desses empreendimentos.

Vê-se, portanto, que há um crescente esgotamento e extinção da flora e principalmente da fauna. Desta maneira, para se estruturar a organização de um estudo de impactos ambientais, é necessário ter em sua base, suposições previsíveis de possíveis impactos que qualquer empreendimento poderá causar.

Assim, ao prever possíveis alterações, é fundamental ter o devido cuidado, uma vez que estas podem ser alteradas na proporção de impactos com diferentes níveis e que devem ter

---

<sup>9</sup> Para Ab'Sáber (2006), a previsão de impactos é uma operação técnico-científica essencialmente multidisciplinar, e na verdade, ela detém em si, a capacidade, a força e a potencialidade de prever tais impactos.

precauções específicas, com o intuito de prevenir desastres, acidentes ou crimes ambientais, como vêm ocorrendo no Brasil<sup>10</sup>.

Os impactos causados pelas atividades de mineração, associados à disputa do uso e ocupação do solo, geram conflitos socioambientais, os quais, às vezes, são ocasionados pela ausência de políticas públicas que reconheçam a divergência dos interesses envolvidos. Neste entendimento, os conflitos gerados pela mineração próxima às áreas urbanas, devido à expansão desordenada e à falta de controle dos loteamentos nessas áreas e nas áreas rurais, ocasionam a contaminação de corpos hídricos, solo e outros, o que exige uma constante evolução na condução técnica da atividade mineradora, para evitar situações de impasse entre as empresas do setor mineiro e a população localizada no entorno do empreendimento.

### **2.3 Organizações sociais e meio ambiente: gênese e transformações**

Blau e Scott (1970) afirmam que o termo organização está diretamente relacionado à forma e ao jeito da conduta humana organizada socialmente. Segundo Blau e Scott (1970), o ponto central da organização social, é definido pela formação de redes de relações sociais entre indivíduos e grupos, o que também definem as estruturas de posição. Contudo, para formarem um todo, necessita-se de um sistema de crenças e orientações compartilhadas que os oriente.

Alguns autores classificam o homem amazônico com modo de vida peculiar vivendo ao mesmo tempo entre o rio, a várzea, a floresta e a terra firme, nas suas mais diversas formas de produção ou extrativismo, identificando sua cultura comum e a intensa relação com o meio amazônico, tipificando como características semelhantes às dos camponeses.

Existe uma intensificação da ocupação espacial dos mais diversos povos que compõem a vasta região amazônica. Para tanto, tal ocupação e usurpação de direitos deram a esses povos, o alibi da resistência e da luta em defesa do território, onde organizações de cunho social se unificam em prol dessa defesa e do bem estar do povo.

Os movimentos sociais agem de forma coletiva como resistência à exclusão e luta pela inclusão social, por direitos territoriais, ambientais e justiça social, numa perspectiva de autodeterminação e democracia. Ferreira (2003) descreve os movimentos sociais a partir das ações de grupos organizados que objetivam determinados fins, por conta da ação coletiva de um grupo que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio da luta política, em função de valores ideológicos compartilhados questionando uma determinada realidade, que se

---

<sup>10</sup> A exemplo do vazamento da barragem em Cataguases, Minas Gerais, em 2003, o rompimento da barragem de Mariana em 2015, o vazamento de minérios em Barcarena, no Pará, em 2018, e recentemente o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, também em Minas Gerais, em 2019.

caracteriza por algo impeditivo da realização dos anseios de tal movimento.

Ribeiro (1973) afirma que as organizações sociais têm um papel fundamental no processo de defesa e luta pela garantia de direitos, podendo ser definidas como movimentos políticos, reivindicatórios, na compreensão de uma sociedade, para além da análise de sua estrutura social. A organização social implica algum grau de unificação, ou união de diversos elementos numa relação comum. A ideia de organização social está ligada ao processo social, à ideia de mudança, de arranjo do comportamento dos indivíduos na construção da vida social.

Existe um consenso inerente em torno dessa ideia. Não obstante, no cotidiano das instituições incumbidas dessa tarefa, o como fazer e a organização social<sup>11</sup> se desdobram em práticas das mais diversas, as quais contraditórias ou incompatíveis entre si. Muitas vezes são atores externos como: agências governamentais, ONGS, empresas e outras, que saem em busca de organizações sociais, a fim de implementar suas políticas, projetando sobre as comunidades locais limitações que não são delas e dispendo de prazos quase sempre muito curtos, imbuídos de intenções que por diversas vezes não se encaixam com as das populações, tendo uma lógica própria para implementar suas ações.

Segundo Ribeiro (2018), a organização social diz respeito à forma como os homens se relacionam através de suas ações, levando em consideração aspectos como: período de tempo, responsabilidade e representatividade com os grupos, riqueza, a camada social na qual estão inseridos, enfim, entre muitos outros aspectos que podem contribuir para marcar a posição social do indivíduo para o desempenho de seu papel. Dessa forma, as organizações sociais são protagonistas de profundas mudanças na reivindicação da busca de direitos, sendo um elemento fundamental que compõe a sociedade.

O perfil das organizações sociais, geralmente é determinado por suas origens e pelas lideranças que as fundaram. Expressa liberdade, igualdade, justiça social, independência, apelo à modernidade em nome de novas forças sociais, criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios. As lutas proporcionadas pelos movimentos sociais não caracterizam propriamente elementos de recusa, marginais à ordem, ao contrário, representam reposição da ordem.

Cunha e Guerra (2012) afirmam que desde os primórdios o homem interage com o

---

<sup>11</sup> Segundo Moscovici (1985), a teoria das representações sociais tem como objetivo compreender o processo de organização de conhecimentos que possui um grupo a respeito de um objeto social. Para Andrade (2011), a organização social dos povos tradicionais da Amazônia é um passo fundamental e imprescindível para se alcançar efetividade em quaisquer esforços voltados para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

ambiente à sua volta, modificando-o e transformando-o de acordo com suas necessidades, e o resultado dessas ações são perceptíveis ao longo de toda a biosfera. No interior da Amazônia vivem populações cuja relação com a natureza é marcada por um processo herdado culturalmente de antigos grupos nativos da região e entre essas comunidades destacam-se as que vivem às margens do rio, denominadas ribeirinhas, onde sobrevivem da extração e manejo dos recursos da floresta, do rio e da pequena agricultura.

Para o homem que habitava o espaço amazônico, a terra<sup>12</sup> e a natureza se manifestam como condição substancial para sua produção e reprodução familiar. Martins (1990) afirma que a função concedida ao solo promissor de manutenção das famílias camponesas na Amazônia é de terra de trabalho e não como terra de negócio.

Em contrapartida, na fronteira que se expande na Amazônia, em que os usos da terra/floresta são consolidados distintamente pelas classes sociais, existem duas lógicas desiguais, o que é um fator decisivo para o acontecimento dos conflitos entre os agentes sociais envolvidos no processo em disputa. A pretensão das pessoas que moram no campo é de que a terra se mostra como uma forma digna para a consumação do trabalho e a valorização da vida, local onde se constroem “uma história do lugar e uma história familiar” (LOUREIRO, 2009, p. 68). Por outro lado, o horizonte cogitado pelo capital coloca em perigo a terra, considerando-a como alvo de especulação e mercantilização, seja ela financiada com dinheiro público ou privado. O campo, segundo Bourdieu (1967), é um “microcosmo autônomo dentro de um macrocosmo social”.

Bastos (2016) realizou um estudo cujo título é: Territórios em resistência no mundo social da várzea: a cartografia social dos ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu Abaetetuba/PA. Este estudo trata do ambiente natural e social de ribeirinhos e quilombolas afetados pela construção de grandes empreendimentos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), o complexo industrial e portuário Albras/ Alunorte em Barcarena, além da perspectiva de construção de um terminal portuário de uso privado (TUP), pela empresa norte americana Cargill, especificamente no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso na ilha Xingu em Abaetetuba, no Estado do Pará. O objetivo do trabalho é analisar as transformações socioambientais que ameaçam direitos

---

<sup>12</sup> De acordo com Gehlen e Mocelin (2018), a terra não é apenas um espaço para produzir e, para além disso, possui um significado político muito importante, definido culturalmente pelos interesses de grupos sociais ou comunidades identitárias. Existe uma dimensão do conteúdo do termo “terra” que expressa relações sociais e, ao mesmo tempo, define formas de relações sociais segundo os valores de cidadania e de identidade desses grupos. Por isso, a terra é de certa forma criada segundo ideologias e interesses de classe.

territoriais e os modos de vida dos agentes sociais que fazem da várzea um mundo social.

#### **2.4 Conflitos socioambientais: força motriz das novas formas organizativas**

Conceitualmente, os conflitos ambientais se originam quando a forma de sobrevivência de alguns grupos sociais no território é ameaçada por impactos indesejáveis transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos, causados pela ação de outros grupos sociais (ACSELRAD, 2004).

O conflito social<sup>13</sup> caracteriza uma luta entre interesses opostos, em que disputa o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum. Pode-se afirmar que se trata de um conflito social que tem no acesso aos recursos naturais o seu principal objeto de disputa. Segundo Herculano (2006), os conflitos socioambientais são conflitos entre grupos sociais muito desiguais em termos de poder econômico e político, que se defrontam em disputas que têm o meio ambiente no seu epicentro.

Segundo Lopes (2012), os conflitos fazem parte, dentre outras formas, da interação existente entre indivíduos, organizações, empresas, comunidades, e entre outros, gerando assim uma intensidade distinta e complexa, mediante essas interações, na medida em que podem ser positivas e/ou negativas. Desta forma, para que se possa compreender o conflito socioambiental em sua essência, faz-se necessário considerar o espaço geográfico em que ele ocorre independentemente do seu espaço de grandeza. Os conflitos estão estreitamente ligados às dimensões territoriais, onde há uma disputa de interesses e território e conflito fazem parte de uma mesma realidade geográfica que se materializa no espaço de vivência ou no espaço vivido.

As comunidades do campo sofrem com um conjunto de conflitos socioambientais<sup>14</sup> resultantes dos impactos causados por empresas mineradoras, transportadoras e hidroelétricas, como a erosão do solo às margens das ilhas, a poluição das águas pelos resíduos provenientes

---

<sup>13</sup> Para Bourdieu (1994) existe um espaço social de conflitos, onde são travadas lutas de poder e lutas simbólicas, no qual agentes se esforçam para manter ou para transformar a estrutura das relações existentes no campo, legitimando ou deslegitimando práticas sociais ou culturais. No interior destes conflitos de posições ligadas por relações de força específicas, cabe ressaltar que os indivíduos estão dispostos de acordo com estruturas desiguais de acesso, uso, apropriação, distribuição e controle sobre os territórios e sobre o conjunto de recursos materiais e simbólicos.

<sup>14</sup> Segundo Brito *et al* (2011), os conflitos socioambientais são ocasionados pela escassez dos recursos naturais, originados pelas atividades socioeconômicas que causam degradação ao ambiente natural. Isto é, a escassez e a forma de utilização da natureza determinam desequilíbrios social, econômico e ambiental. Neste desequilíbrio estão envolvidos os aspectos materiais e simbólicos do ambiente natural. Existe, portanto, uma disputa dentro de um confronto político pelo uso do território amazônico, por distintas forças que defendem interesses opostos, podendo estes ser sintetizados em duas principais dimensões: a econômica e a sociocultural.



da lavagem das embarcações e a impossibilidade de pesca no entorno de onde as balsas ancoram.

Dos grandes projetos instalados na Amazônia, das mais diversas atividades e economias, a mineração tem sido uma das que mais tem gerado alterações, não somente ao meio ambiente, mas também na própria vida do homem, muitos dos quais de difícil solução ou às vezes de solução socioeconômica inviável, ou insustentável. As alterações consequentes da mineração ocorrem em todos os meios, físico, biótico e antrópico.

Segundo Alves e Santos (2017), os conflitos socioambientais no Brasil mostram diversas situações em que grupos sociais afetados por diferentes projetos econômicos rejeitam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando seu problema a partir da mobilização social com vistas à denúncia. Assim, os conflitos ambientais surgem das diferentes práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Mendonça *et al* (2012) realizaram um estudo com o título de: “Impactos socioambientais dos grandes projetos de desenvolvimento: o caso do Complexo Industrial- Portuário do Açú.

Os autores elaboraram o artigo a partir do relatório “Impactos socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú (2011)”, produzido pelo GTAGRÁRIA das AGBs Rio e Niterói para subsidiar a luta dos trabalhadores rurais do Norte Fluminense contra os impactos gerados pelo megaempreendimento levado a cabo pelo Grupo X com injustificável e escancarado apoio do Estado brasileiro, em especial do governo do estado do Rio de Janeiro. O artigo propôs analisar o caso do CIPA como emblemático visando o atual padrão de desenvolvimento que vem sendo implantado no Brasil, onde a apropriação de territórios e recursos nos países periféricos por grandes corporações transnacionais torna-se base para a expansão da acumulação capitalista, em um contexto de crise das economias centrais.

Brito *et al* (2011) fizeram um estudo intitulado: Conflitos socioambientais no século XXI. Neste, os autores avaliam a possibilidade de inversão do processo e ponderam sobre a comercialização de alguns recursos naturais, o que significa transformar em bens comuns recursos anteriormente privatizados, atitude que intensificará os conflitos relacionados à natureza. Objetivando avaliar as teorias relacionadas aos conflitos envolvendo os recursos naturais em países desenvolvidos e em desenvolvimento, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre as principais teorias e metodologias aplicadas na resolução de conflitos socioambientais.

### 3 MÉTODO: METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Após a apresentação do aporte teórico e das principais categorias, será descrita a metodologia e procedimento seguida para obter os resultados. Portanto, optou-se pela pesquisa qualitativa por favorecer distintas possibilidades investigativas sobre fenômenos que envolvem o ser humano e as relações que se estabelecem entre eles em seus diversos ambientes e por diferentes caminhos. Os povos ribeirinhos têm a identidade coletiva e são bastante afetados com a implantação de grandes empreendimentos na Amazônia. Esses povos edificaram suas identidades culturais nas relações ambientais, com os rios, com a floresta, com a várzea, fortalecendo a relação com os recursos naturais por meio da defesa de território e da vida. Para Almeida (2008), essa relação socioespacial compreende o processo de territorialização na Amazônia.

De acordo com Godoy (1995), o método qualitativo possibilita ao processo investigativo os detalhes dos fenômenos ocorridos no cotidiano dos indivíduos. Permite, ainda, uma reanálise promovendo abertura para novas interpretações. Para alcançar o objetivo da pesquisa durante o processo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, as quais consistem na realização de perguntas previamente elaboradas pelo entrevistador a fim de corresponder os objetivos da pesquisa e criar um diálogo que permite a obtenção de dados (BISOL, 2012).

O fator primordial desta metodologia refere-se aos informantes-chave, os quais propiciam os contatos com os outros entrevistados, através de perguntas objetivas. Segundo Urmee (2016), a ideia é criar uma linha de diálogo de uma forma menos difícil no seio da comunidade da Ilha do Capim considerando o contexto cultural inerente à mesma.

Para a funcionalidade deste trabalho, a pesquisa foi realizada na Ilha do Capim. A referida ilha faz parte do município de Abaetetuba, distante 60 km de Belém com as coordenadas S 01°34.971' W 048°52.932', pertencente à Mesorregião do Nordeste Paraense e à microrregião de Cametá no Estado do Pará (AZEVEDO, 2018).

Para o desenvolvimento desta metodologia foi realizada a pesquisa bibliográfica durante toda a construção do trabalho e a pesquisa de campo exploratória. A pesquisa de campo deu-se através de entrevistas com pessoas chave como, presidentes das associações, cooperativas e líderes da comunidade.

Com o intuito de mensurar as hipóteses levantadas dos impactos socioambientais causados pela possível construção da TUP de Abaetetuba à população da Ilha do Capim, fez-se necessária a realização de entrevistas com lideranças da comunidade<sup>15</sup> com perguntas abertas

---

<sup>15</sup> A escolha dos entrevistados foi realizada mediante os impactos socioambientais sofridos e as posições

e conversas de livre interação. Essas entrevistas ocorreram durante o ano de 2019.

A pesquisa de campo teve início no dia 7 de março de 2019 por meio de uma entrevista realizada com o líder da Associação de Moradores. Essa entrevista foi realizada a partir de uma conversa e aplicação de um questionário aberto com dez perguntas.

No decorrer do ano de 2019 outras três entrevistas foram realizadas envolvendo outras associações e lideranças atuantes na comunidade, a Associação de Moradores da Ilha de Abaetetuba (AMIA), a Comunidade Católica de São Pedro e a Comunidade Católica Santo Antônio. Elas, conjuntamente a outras lideranças, atuam em prol dos direitos da população de várzea. Para tais entrevistas fez-se o uso de um gravador com o intuito de não perder nenhuma parte da fala do entrevistado.

A pesquisa exploratória e a pesquisa de campo foram fundamentais para o levantamento dos dados que foram analisados e deu origem à conclusão final, a qual subsidiará futuras produções científicas.

#### **4 HISTÓRICO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA ILHA DO CAPIM**

Segundo Pojo (2014), a Amazônia pode ser interpretada a partir de diferentes olhares e dimensões ao longo da História: o enfoque legal e teórico, interesse político, econômico, social, entre outros aspectos, situando em todos esses olhares o caráter de sua importância para a vida humana e das outras espécies.

No que diz respeito aos habitantes da beira dos rios, a Amazônia se apresenta de forma própria e somente uma análise diferenciada a respeito das práticas sociais nela existentes poderá situá-la de forma concreta e fora de visões generalistas e exóticas a que muitas vezes é submetida. Pode-se afirmar, segundo Pojo (2014), que na Amazônia paraense se convive com costumes e uma rotina margeada pelas águas dos rios, furos, igarapés, florestas, várzeas, baías, com as ilhas e suas praias e com os campos alagados, contextos esses que apresentam especificidades ambientais e sociais.

Nesse viés, faz-se necessário o estudo de localidades que apresentam características peculiares como a Ilha do Capim, tanto no aspecto histórico quanto na formação de suas organizações sociais.

## 4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ILHA DO CAPIM

### 4.1.1 Antecedentes Históricos e Formação Social

De acordo com Azevedo (2018), não há registros de ocupação humana na Ilha do Capim antes do período colonial, entretanto, a presença de índios nesta localidade antes da colonização é uma hipótese que não pode ser descartada em função da proximidade desta ilha com aldeias indígenas daquela época. No que se refere à origem e aos aspectos sociais e fundiários, na Ilha do Capim na segunda metade do séc. XVIII houve a efetivação da carta de data e sesmaria, a qual legitimou a posse da terra.

Para Azevedo (2018), existe a possibilidade de o povoamento ter ocorrido alguns anos antes, uma vez que neste período havia ocorrência de colonos que se estabeleciam em determinado local antes de receberem a posse da terra. Segundo Chambouleyron (2011a), a sesmaria constitui um incentivo à ocupação para posteriormente se conseguir a legitimação da apropriação indevida. Cabe ressaltar que em 1773, houve a legitimação da posse sem dar exatidão do ano de instalação das famílias.

Azevedo (2018) afirma que segundo os moradores mais antigos, o povoamento começou quando Antônia Pereira de Lima Azevedo recebeu a ilha de presente de casamento de seu pai, um fazendeiro que morava no rio Nabiju na Ilha Grande de Joanes (atual Ilha do Marajó), como também, recebeu de presente cem escravos. Posteriormente, a então referida proprietária da Ilha, casou-se com Antônio de Souza de Azevedo.

Neste período, o sistema agrário era formado por duas categorias sociais: os colonos e os escravos. No que se refere à família de colonos, esta era formada pelo casal e por seus oito filhos que moravam em uma fazenda, cuja localização era estratégica para a realização da navegação e em Belém também possuíam uma casa que era “considerada uma das mais notáveis construções residenciais de Belém”, conhecida como palacinho. Já os escravos, eram africanos e moravam em casas distribuídas pelas margens do Furo do Capim, formando um padrão de ocupação disperso.

De acordo com Elias (2001), a relação entre estas categorias sociais culminou na formação de uma figuração social composta por estabelecidos (*establishment*) e forasteiros (*outsiders*). Elias (2001) afirma que os estabelecidos constituem-se como um grupo que se vê e é visto por outros grupos como a “boa sociedade” (p. 7), trazendo socialmente a ideia de que são melhores e dotados de mais prestígio e poder, como também, detentores da autoimagem de um grupo social mais relevante no que se refere a outros grupos. No que diz respeito aos

forasteiros, são aqueles identificados como externos a esta “boa sociedade” (p.7), sendo considerados mais heterogêneos e possuindo laços sociais com menor coesão. No período colonial, os estabelecidos eram os colonos e os *outsiders* eram os escravos.

Ao se referir à posse da terra, para os colonos de forma individual, foi por meio da concessão da carta de data e sesmaria. Segundo Chambouleyron (2006), a sesmaria representou um elemento fundamental no processo de colonização, uma vez que representavam uma possibilidade de ocupar e povoar terras vazias e incultas. Cabe ressaltar que a concessão deste documento aos colonos da Ilha do Capim ocorreu devido ao beneficiário ter o objetivo de edificar um engenho e precisava de terras de vargens para lavar canaviais e, também, arrozais (ANGELO-MENEZES, 2000a).

Para Filho e Fontes (2009), a carta de data e sesmaria assumiu o papel de legitimação da posse até meados do século XIX, precisamente em julho de 1822, quando aconteceu a extinção desse regime. É válido destacar que este modo de acesso fundiário tem implicações até os dias de hoje, haja vista que é o fenômeno responsável pela existência de desigualdades entre os camponeses agroextrativistas no que se refere ao acesso à terra. Desta maneira, este sistema agrário sofreu rupturas ao longo do seu processo de diferenciação, no entanto manteve elementos de continuidade.

Quanto aos aspectos ecológico-produtivos do sistema agrário colonial, têm-se o plantio de cana-de-açúcar e de arroz, cuja atividade de plantação era realizada na fazenda na área de várzea nas margens do furo do Capim, admitindo-se dizer que havia um engenho para o processamento da produção de cana caiana, em que eram produzidos cachaça e açúcar.

Outra atividade a se ressaltar é o extrativismo de madeira, que era responsável pela construção de barcos, os quais eram utilizados para o transporte e comercialização dos excedentes da produção. Segundo Azevedo (2018), a construção dos barcos ocorria no igarapé do barco - igarapé esse que foi construído de forma artificial pelos escravos por meio de escavação a fim de permitir a descida dos barcos depois da obra ser finalizada - que mantém o nome até os dias atuais e foi assim denominado em virtude da função de ter sido o local das construções. E tem-se também o extrativismo da madeira, em que os escravos caçavam na terra firme e na várzea e pescavam nos igarapés e no rio Canavial.

A partir do relato dos moradores mais antigos, o sistema agrário colonial ocasionou a simplificação do ecossistema em uma extensão de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) da extensão continental da ilha, que consiste em aproximadamente 313.34 hectares. Em relação à criação do gado, ao plantio da cana de açúcar e do arroz e à retirada de madeira para a construção de barcos, estes exigiam a derruba da mata e implicaram na simplificação da paisagem das margens do furo. De

forma geral, o modo de artificialização e de exploração do meio era constituído por um sistema misto, com a criação de animais, plantações e extrativismo. De acordo com Menezes (2000b), esse tipo de sistema era comum entre os colonos.

Todavia, segundo Azevedo (2018), o sistema agrário entrou em crise em virtude de uma epidemia de varíola. Os colonos e escravos demoraram a perceber a varíola como uma doença grave, o que levou muitos deles ao falecimento. Então, nesse período, a notícia se espalhou e viajantes mudaram sua rota de navegação, uma vez que se antes passavam pelo furo do Capim, depois passaram a viajar por áreas do mar distante da ilha. No entanto, após esse período, surgiu na ilha um processo de recampanização quantitativa através da entrada de pessoas vindas de outros lugares e da mudança de lógica do uso dos recursos naturais pelos antigos colonos.

#### **4.1.2 A história das comunidades ribeirinhas: Abatetuba-Pará**

De acordo com Azevedo (2016), ao longo dos anos, as comunidades ribeirinhas do Município de Abaetetuba, no Estado do Pará, traçaram processos reivindicatórios de acesso à educação, trabalho, terra, saúde, energia elétrica, justiça, preservação ambiental, saneamento básico, entre outras lutas, que trouxessem melhoria e dignidade para o povo do campo. São comunidades que lutam, conquistam e enfrentam muitos desafios, na esperança de inclusão com a dialética de exploração e expropriação das riquezas naturais, sociais e culturais, que historicamente visam atender interesses de grupos econômicos minoritários que vêm ordenadamente sobrepujando benefícios de outrem aos interesses das populações do campo.

O presente trabalho tem como *corpus* de pesquisa a Comunidade Ilha do Capim, situada no Município de Abaetetuba, pertencendo à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião de Cametá no estado do Pará (AZEVEDO, 2016). A Ilha do Capim apresenta uma vasta área de vegetação dentro da reserva Agroextrativista PAE Santo Antônio II com uma área territorial de 1.253 km<sup>2</sup> dividida em várzea e terra firme. A ilha referida possui 130 famílias, com uma população de aproximadamente 950 habitantes. É dotada de um conjunto de ecossistemas que apresentam um alto grau de sensibilidade às mudanças ocorridas em seus elementos constituintes, sejam estas promovidas por fenômenos naturais ou pela própria ação do homem (Boletim Informativo da Cartografia Social, 2017).

A Ilha do Capim apresenta características específicas de regiões ribeirinhas nessa parte da Amazônia em que o acesso principal é feito pelos rios, com a presença de uma população essencialmente cabocla. De acordo com Azevedo, as características da Ilha do Capim são: a) a exploração de dois ecossistemas (várzea e terra firme) por meio dos agroextrativistas; b) a entrada na ilha pelos rios, furo, baías e igarapés; c) comunidade com presença histórica na

localidade que faz uma alusão ao período colonial.

Desta forma, conforme relatado por moradores mais antigos, por volta de 1930 a Ilha do Capim começou a ser povoada por pessoas de procedência marajoara. Na década de 80 a Ilha contava com aproximadamente vinte e cinco famílias distribuídas em seu território, e possuíam uma relação harmônica com a natureza, uma vez que a questão ambiental era muito pura, muito sólida, a natureza era protegida em todos os aspectos.

A primeira atividade desenvolvida foi o extrativismo animal e vegetal seguido da produção de cana de açúcar. Segundo os moradores mais antigos o início do povoamento ocorreu através de um processo intergeracional de famílias vindas do Marajó ainda no período escravista. Os moradores afirmam que a ilha foi dada de presente de casamento de um fazendeiro para sua filha, e junto com a ilha, mais cem escravos para trabalhar com o plantio de cana-de-açúcar, atividade que era desenvolvida naquela época.

Havia uma diversidade muito grande de fauna e flora em que as pessoas conseguiam tirar o essencial para a sua sobrevivência, não havendo assim uma valorização de mercado para a comercialização e geração de renda. As casas eram construídas com assoalhos de Paxiúba (*Iriartea Deltoidea*), cobertas com palhas; quando tinham paredes, estas eram feitas de Braços de Miriti (*Mauritia flexuosa*), panos ou encerados (lonas fortes). Os utensílios domésticos eram feitos de barro; quanto ao uso da lamparina, utilizavam à noite, pois não dispunham de energia elétrica; em relação ao suco do açaí, este era amassado à mão com o auxílio de peneiras e alguidares; utilizavam como principal meio de transporte para chegar até a sede do Município ou em outras localidades e lugares da ilha, as canoas, velas e remos. E a principal alimentação era originada da caça e da pesca, sendo estes preparados e cozidos em fogões a lenha.

Com o período do ciclo da borracha, houve uma pequena mudança na relação homem-natureza, haja vista que este passou a usufruir para obtenção de renda através do corte da seringa e posteriormente o sernambi que era outra marca de borracha. Houve também o período da lenha e conseqüentemente dos Tocos (lenha extraída da árvore de Maçaranduba), em que fábricas compravam muita lenha e em decorrência disso, houve uma grande devastação principalmente da várzea.

Após esse período, ocorreu a valorização e comercialização do açaí, que antes era visto apenas para o consumo das famílias. Com isso, intensificou-se a devastação da várzea, desaparecendo assim muitas espécies de árvores (Pracaxi, Mututi, Miritizeiros, Taperebá, Seringueira e etc.) que deram lugar a grandes plantações de açaí. Dessa forma, ocorria o crescimento populacional com uma grande demanda de exploração da natureza para poder suprir as necessidades.

Atualmente, é possível, a partir dos relatos de moradores, observar-se uma nova paisagem mediante mudanças ocorridas. As casas em sua maioria são construídas com madeiras tendo algumas de alvenaria, cobertas com telhas de barro ou telhas de amianto, popularmente conhecida como Brasilit, e pouco se vê panelas ou outros utensílios de barro. É raro encontrar na casa dos moradores lamparinas, pois hoje a maioria das famílias possuem geradores de energia ou placas solares. O processamento do açaí já é bem pouco realizado manualmente, pois existem máquinas elétricas que substituíram a peneira e o alguidar. Passa-se também a utilizar meios de transportes motorizados (rabudo, rabetas, barcos), pouco se tendo o uso de velas e remos, coexistindo também outros meios de transporte dentro da ilha como bicicletas e motos. Embora tenha ocorrido a escassez do pescado e da caça, os rios e florestas ainda são o maior meio e fonte de alimentação da população, todavia, a corrente demandada dessa escassez tem levado a um maior consumo da carne de boi, frango e alimentos industrializados.

#### **4.1.3 A história ganha novos contornos com a chegada dos Grandes Projetos**

Com o surgimento dos grandes projetos industriais no período de 1980 a 1985 no Município de Barcarena, – ALBRAS (Alumínio Brasileiro S.A) e ALUNORTE (Alumina do Norte do Brasil S.A) – os moradores acreditam que muitos dos problemas de saúde (dor de estômago, coração, coceiras na pele, nos olhos, dor de urina, entre outros) vêm sendo causados por esses grandes empreendimentos.

Além disso, ocorreu uma série de mudanças no meio ambiente, sendo as águas poluídas pela lavagem dos navios e resíduos químicos despejados e o ar contaminado pela fumaça advinda das fábricas. Portanto, acredita-se que a escassez do pescado e o desaparecimento de algumas espécies, (Pirandirá, Babachata, Piracatinga, Ituí Terçado, Matrinxã, entre outros) antes vistas em abundância, e o aumento populacional (que também tem sua parte de colaboração nessa poluição), foram, e são dados por conta da poluição dos rios.

A infertilidade das árvores e o não amadurecimento dos frutos, principalmente do açaí, podem também ser provenientes desses impactos no meio ambiente, uma vez que a Ilha tem uma proximidade desses polos industriais, além da frequência de balsas e navios que trafegam e atracam às suas margens, ocupando áreas de pesca. (BOLETIM INFORMATIVO DA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2017).

Isso se evidencia nas pesquisas do Instituto Evandro Chagas (2013) que apontam que o Município de Barcarena e conseqüentemente o de Abaetetuba (especificamente a região das ilhas) são um dos mais afetados no Brasil com a produção industrial do metal. “As etapas de produção deixam marcas na terra, na água e no ar, além da pele, olhos, pulmões e na vida dos



trabalhadores e moradores próximos às fábricas” (MOSER, 2013).

Recentemente, o Instituto Evandro Chagas (2018) constatou que houve transbordamento de materiais contaminados da empresa Hydro Alunorte, em Barcarena, o que apresenta risco à população local, sendo encontrado na água: alumínio e um alto nível de nitrato e chumbo, substâncias estas que tornam a água imprópria para o consumo humano devido ao seu uso contínuo levar a graves enfermidades, como o câncer.

Com o passar do tempo, ocorreram modificações também nos aspectos culturais, organizacionais, políticos e econômicos. Após a década de 60, a maioria dos moradores da ilha passou a participar da organização social local. A primeira organização social local foi a comunidade eclesial de base (CEB) denominada Santo Antônio. Hoje, além da comunidade Santo Antônio foi criada também a comunidade São Pedro no Rio Caratateua que também compõe a organização da ilha. Essa organização opera a partir de diretrizes da paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz, das ilhas de Abaetetuba, pertencente à igreja católica. Além dessas organizações religiosas existem na ilha duas igrejas evangélicas de orientação protestante.

À vista disso, percebe-se que as idas e vindas de grandes balsas (Figura 1) carregadas de minérios pelo rio, interferem no meio ambiente aquático e modo de vida do ribeirinho, pois algumas espécies de peixes que ali viviam hoje não vivem mais devido à mudança da rotina do rio, e as famílias que se alimentavam dessas espécies não se alimentam mais. A maioria dos pescadores utilizam técnicas de pesca artesanal, e seria muito arriscado esse tipo de pesca em meio a enormes balsas carregadas de minério.

Perante a realidade da região é importante analisar a dinâmica socioambiental nessas áreas para acompanhar as transformações que impactam os recursos naturais, e consequentemente, as comunidades que vivem na área em estudo.

Figura 1 - Balsa carregando minério



Fonte: Boletim Informativo, 2015

A partir do ano de 2000, a organização social da ilha se ampliou após o surgimento do projeto de assentamento agroextrativista denominado Santo Antônio II. Atualmente, como instrumento de representação organizativa, os moradores têm também a associação dos moradores Santo Antônio II, que foi fundada no dia 28 Novembro de 2005, para fins de acesso às políticas de reforma agrária por meio desta modalidade de assentamento. Além da associação, os moradores também participam da associação dos moradores das ilhas de Abaetetuba (AMIA), da colônia de pescadores Z-14, do movimento dos ribeirinhos das ilhas e várzeas de Abaetetuba (MORRIVA), entre outros que se somam à comunidade da Ilha do Capim.

De acordo com uma liderança local, o projeto de assentamento possui 130 famílias na relação dos beneficiários (RB) do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com a criação do assentamento, a ilha se tornou propriedade estatal, ampliando dessa forma os regimes de propriedade pelos quais os recursos naturais são geridos. Com isso, os desenhos institucionais de uso dos recursos naturais existentes atualmente são: a comunal (lagos, igarapés, rios, floresta e a baía), a privada (estabelecimento familiar), a estatal (assentamento agroextrativista) e uma parte de livre acesso (baía, igarapé, praias). Devido à criação do assentamento, foi criado um Plano de Uso dos Recursos Naturais (PU) onde estão definidas as regras coletivas de exploração do capital ecológico e acordos de uso.

Entre outras ações da associação para a preservação do capital ecológico da ilha, foi criada também a reserva ecológica, demarcada no ano de 2012 pelos próprios moradores. Sua criação foi motivada por dois fatores: a exploração em regime de livre acesso realizada pela comunidade sem respeito às regras de uso do Plano de Utilização (PU) e como estratégia de resistência à entrada das empresas mineradoras do município de Barcarena. A criação da reserva definiu uma área de uso coletiva onde nenhum morador pode utilizar os recursos naturais sem o consentimento da associação do assentamento.

#### **4.1.4 A história a partir do processo de instalação do Porto da Cargill**

A região Amazônica onde a área de estudo está localizada é indicada por órgãos governamentais para ganhar investimentos de infraestrutura, os quais trarão uma série de impactos negativos para região, grandes desastres ambientais, devastação e degradação da cobertura vegetal, espoliação e expropriação de terras, além de muitos outros. O Terminal Portuário de Uso Privado - TUP de Abaetetuba é um desses investimentos que será construído na ilha do Urubuêua, nas proximidades da Ilha do Capim, onde está localizada a comunidade de São Pedro. A empresa Cargill considera a região estratégica para o escoamento dos grãos e

o local foi escolhido por apresentar profundidade adequada e acesso viável para barcaças (AMBIENTARE, 2017).

O TUP ou projeto do Porto da Cargill é um plano de instalação de um instrumento técnico, em forma de logística portuária do agronegócio. Por sua vez, o agronegócio é uma expressão traduzida do inglês *agribusiness*, o qual consiste em negócios no setor da agropecuária e foi introduzido pelos economistas norte-americanos Ray Goldberg e John Herbert Davis, no ano de 1957, em decorrência dos problemas enfrentados pela agricultura com os setores (indústria e serviços). Segundo Porto (2006), o agronegócio<sup>16</sup> ganha força no Brasil, entre as décadas de 1960-70, por meio de financiamentos, acumulação de capital e via mercantilização dos bens naturais, convertendo-se em um palanque neocolonizador.

Em qualquer lugar do mundo a instalação de empreendimentos capitalistas tem como objetivo maior o aumento do lucro para a empresa, em uma busca incessante, recorrem a diversas estratégias como: isenção de impostos, exploração do trabalhador e das riquezas naturais, entre outras. O TUP de Abaetetuba é um empreendimento portuário com acesso total através de rios, onde receberá cargas de grãos da região centro-oeste do país, principalmente soja e milho, que serão transportados através de embarcações pelas águas do rio Amazonas e seus afluentes, permitindo a exportação e o transbordo de cargas em todo este circuito, utilizando de um meio de transporte eficiente, seguro, e barato na Amazônia (AMBIENTARE, 2017).

O TUP de Abaetetuba será construída às margens do rio Tocantins, em terreno de aproximadamente 359 hectares (AMBIENTARE, 2017). A desapropriação de uma enorme área para construção de um empreendimento privado deixa uma dívida social imensa com a população, fato este que sempre é menosprezado na proposta da instalação, como se a área estivesse livre e limpa de obrigações sociais e históricas. Os principais objetivos das empresas são sempre o lucro, não apresentam nenhum objetivo em relação ao desenvolvimento local e da população. A empresa realizou e protocolou junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará os relatórios de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referentes ao terminal.

Segundo os relatórios, a escolha do município de Abaetetuba para implantação do

---

<sup>16</sup> De acordo com Bialoskorski Neto (1994), o agronegócio está relacionado a tudo o que envolve este tema, desde a fabricação dos insumos essenciais, produção agrícola e os procedimentos que envolvem a produção até chegar ao consumidor final. Para Batalha e Silva (2001), este tipo de mercado é o conjunto da união de todas as ações de produção e disseminação de suprimentos agrícolas bem como seus armazenamentos, procedimentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens gerados por eles.

terminal portuário de uso privado deu-se devido a sua localização estratégica, pois é banhado pelo rio Tocantins e permite a exploração do sistema hidroviário, realizando o transbordo de cargas de grãos vindos principalmente da região Centro-Oeste, os quais serão direcionados para outros portos com destino à exportação (CARGILL, 2017).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: IMPACTOS, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TRANSFORMAÇÕES ORGANIZATIVAS

Os impactos socioambientais dos grandes projetos têm produzido conflitos e mudanças organizacionais ao longo da história no território da Ilha do Capim, em Abaetetuba. Nota-se que a Região do Baixo Tocantins é acometida por impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, resultando em conflitos e resistências regionais.

Atualmente, em Abaetetuba, a comunidade Ilha do Capim tem travado lutas constantes contra os grandes projetos, já implantados no município de Barcarena<sup>17</sup> e contra o processo de implantação do projeto portuário e, conseqüentemente, para as comunidades ribeirinhas. Neste sentido, a pesquisa constatou que a comunidade vem se reunindo e discutindo a respeito do assunto, como ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Reunião com os moradores das ilhas de Abaetetuba



Fonte: Autor, 2020

<sup>17</sup> Desta maneira, nota-se de início que os impactos socioambientais são de dois tipos: os patentes, ocasionados pelo complexo industrial de Barcarena; e os latentes, percebidos pelo processo de instalação do porto da Cargill. Os resultados demonstraram portanto que não é apenas o projeto futuro que está gerando impactos, mas os projetos instalados historicamente.

Segundo o presidente da Associação de moradores Santo Antônio II há seis anos (e por mais dois mandatos consecutivos), a luta contra esses empreendimentos tem sido árdua e incansável. A defesa pelo território e a busca pelos direitos e pela dignidade vem se somando a inúmeras outras lutas de resistência. É a falta de uma educação de qualidade, falta de assistencialismo médico, falta de segurança, falta de saneamento básico, de energia, de água potável e falta da presença do poder público que deveria estar somando-se ao lado do povo e dessas organizações, mediante a defesa dos seus direitos. Porém, mesmo com todos esses descasos, a Ilha do Capim é vista pelos moradores como o melhor lugar para se viver, como afirma o presidente da associação:

A gente tem que lutar pelo bem estar das nossas ilhas, do nosso território, a gente sabe que está querendo ser invadido por essas empresas e a tendência é a gente lutar né? Nós nascemos e nos criamos, nossos pais nasceram se criaram e nos criaram e hoje nós tamo criando nossos filhos. É através daqui, quem é que quer ir pra cidade? É difícil isso aqui, essa situação da gente largar nosso lugar, onde nascemos e nos criamos. Comemos e bebemos sem tanta dificuldade como já tivemos na geração passada. E por causa disso tem muitas famílias desse lugar tão maravilhoso que hoje está na cidade, na periferia da cidade, sem um futuro pros nossos jovens. Então hoje a nossa organização, é nós se organizar, se dar as mãos pra gente lutar pelos nossos direitos, pelo nosso território. Na nossa geração passada, do meu pai, nunca teve isso aqui, essa resistência pra querer tomar a nossa terra. A gente lembra que era uma moradia tão maravilhosa que a gente tinha, que nós não tinha poluição nenhuma, não tinha nada dessas coisas e hoje a gente vê tantas coisas chegando pra gente, teve muitas mudanças. (Presidente da Associação Santo Antônio II, 2019).

É com a perspectiva de lutar e mobilizar a massa para a defesa do território que organizações sociais se fazem presentes dentro da Ilha do Capim, em que se articulam, se planejam, criam movimentos e mostram as suas formas de reivindicar e resistir, como é colocado pelo presidente da Associação:

Nossa esperança é que a gente faça um trabalho agora nesse ano de 2019, um trabalho muito intenso sobre isso, a gente sabe que só a gente pode lutar pelas nossas ilhas e a gente também pede apoio dos nossos alunos que estão estudando, pra nos ajudar nessa parte, nos ajudar a encaminhar muitas lutas. E eu como presidente da associação espero que a gente faça um trabalho para ver se combate esse empreendimento que está para sair aí, que a gente sabe que não vem trazer futuro nenhum, é só destruição, poluição, a gente vê lá em brumadinho né, o que tá acontecendo, e hoje nossas autoridades não toma uma providencia sobre isso, para tratar esses empreendimentos estrangeiros que só vêm trazer destruição pra nós. (Presidente da Associação Santo Antônio II, 2019).

É perceptível que a comunidade sofre com os polos industriais do município de Barcarena, os moradores alegam terem sofrido profundas transformações desde suas instalações:

[...] Uma coisa tão maravilhosa que nós vivia aqui, nossas águas, não via poluição nenhuma, hoje você vê como está nossas águas, não podemos consumir mais hoje para o humano e as nossas frutas né, que a gente tinha uma produção tão grande de açaí e muitos tipos de plantas, e a gente vê hoje as dificuldades tão grandes, a gente já vê a diferença. A gente faz uma análise que é dessa poluição aí, dessas empresas, da Albras aí né, a gente vê tanta poluição dos 18 acidentes que tivemos aí e a justiça não toma a mínima providência para combater isso aí, então a gente sabe que é muito sério a chegada dessas empresas no nosso território e a gente vê ali onde tem a Albras, ali que tem muita pobreza, muita poluição, aquele nosso povo ali não tem nada, aquele pessoal só tem poluição e desgraça que de vez em quando acontece um acidente e por isso a gente está preocupado. Através disso temos que nos organizar e fazer alguma coisa, pra combater isso aí. (Presidente da Associação Santo Antônio II, 2019).

As organizações sociais presentes dentro da Ilha do Capim são contra a implantação desses grandes projetos e contra esse modelo de desenvolvimento, no entanto, há a existência de pessoas que se mostram favoráveis à implantação. Este aceitamento se dá pelo fato dessas pessoas, de alguma forma, já terem recebido algum beneficiamento por parte das empresas.

É notório que a comunidade Ilha do Capim em suas organizações internas CEBs e os parceiros externos (Paróquia das Ilhas, AMIA, MORIVA, MORIPA, Z14, AMUCA, FASE, STR, entre outros) somam forças contra esses empreendimentos e conseguem montar agendas e reivindicações que se estendem em uma programação que já vem ocorrendo durante alguns anos, dentre eles: O Grito das Águas, O Grito dos Excluídos e o dia do trabalhador, estes já com data e programação definidas, formando uma grande mobilização interna e externa que culminará em manifestações de reivindicações e defesa do território. A Figura 3 mostra as organizações presentes internamente e externamente na comunidade. Quanto maior o tamanho dos círculos, mais forte e atuante é a presença destas organizações. Quanto menor e mais distante do círculo central, as organizações são menos presentes e participantes da rede desses movimentos.

Figura 3 – Mapeamento das organizações internas e externas das comunidades



Fonte: Elaboração do autor (2019)

No que diz respeito às reivindicações que visam a preservação da região, existem cerca de trinta comunidades e entidades que fazem protesto contra os grandes empreendimentos que pretendem se instalar nas Ilhas e pediram providências em relação aos impactos ambientais que têm contaminado os recursos hídricos da região das Ilhas de Abaetetuba, próximas ao complexo industrial de Barcarena; ressalta-se que esta região é cenário de diversas denúncias dos desastres ambientais (Figura 4).

Figura 4 – Manifestação contra a poluição das águas em favor da preservação da região



Fonte: disponível em: <<http://www.novacartografiasocial.com.br>>, 2018

De acordo com Barros e Bastos (2019), de forma específica, o território das comunidades das Ilhas Xingu e Urubuêua se encontra de alguma forma ameaçado pelo projeto de instalação do Terminal Portuário de Uso Privado da multinacional norte americana Cargill. Cabe salientar, que este empreendimento pertencia à empresa Odebrecht, a qual pretendia construir a TUP na Ilha do Capim e nos dias de hoje, realiza planos para instalar-se em dois pontos próximos. Então, a mobilização da comunidade do Capim obteve a produção de um mapa publicado no Boletim de número 8 do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, no qual os pescadores demarcam os recursos a serem alcançados pelo empreendimento, dentre os quais, 31 pescadores, apenas no entorno da Ilha do Capim.

Segundo Barros e Bastos (2019), a publicação do Relatório de Impacto Ambiental-RIMA feita pela Cargill mostrou que dentre as comunidades atingidas, várias localidades desconheciam a existência do documento e outras alegam não terem sido ouvidas.

A implantação de grandes empreendimentos causam fortes impactos sociais e ambientais. Na questão social temos: exploração do trabalhador, pobreza, conflitos, violência, prostituição. Enquanto que na questão ambiental temos: desmatamento, poluição, esgotamento de recursos naturais, devastação de ecossistemas, além do encontro de resistências por parte das organizações sociais locais.

Um dos principais conflitos da população local com as atividades portuárias acontece devido a inserção de barreira física à passagem das embarcações pesqueiras, a falta de sinalização, o aumento da turbidez da água, o afugentamento dos peixes, entre outras coisas. A pesca artesanal é muito importante para as comunidades locais, pois é fonte de sobrevivência assim como o extrativismo vegetal.

Os avanços das *commodities* articularam a economia entre regiões produtoras, ora pelas estradas ora pelas hidrovias. Consequentemente, infraestruturas viárias são construídas e incorporadas ao panorama paisagístico amazônico, com objetivo de promover a integração regional. Segundo Santos (2014), esses sistemas de engenharia representam o emprego de um conjunto de técnicas e intervenção do ser humano no ambiente. Essa obra não deve ser compreendida somente pela trafegabilidade de veículos e pessoas que ligam um lugar a outro e que está para atender as necessidades, clamores e expectativas das populações que ali vivem, mas para transformar em um corredor promissor de desenvolvimento e de caráter estratégico (CARNEIRO FILHO, 2005). É isso que os corredores exportadores de grãos têm como foco em seus projetos e discursos, ao se pensar em engenharias de médio/ grande porte de tamanha dimensão.

### **5.1 A percepção da comunidade católica de são pedro-rio caratateua-ilha do capim**

A liderança da Comunidade Católica São Pedro tem 30 (trinta) anos e reside no Rio Caratateua – Ilha do Capim. Está a 8 anos na organização da comunidade e a 2 anos como coordenadora. A liderança afirma que o principal objetivo da comunidade é formar pessoas na fé de acordo com a doutrina da igreja para que sejam cristãos conscientes de suas contribuições e atribuições para com a sociedade e na vida comunitária.

A Comunidade Católica São Pedro, é uma Comunidade Eclesial de Base – CEBs, vinculada à Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz, popularmente conhecida como Paróquia das Ilhas. Segundo a liderança a comunidade surge:

[...] a partir da necessidade que o povo católico tinha de chegar até a igreja, pois a única igreja católica que havia na época era muito distante. Com isso a comunidade estaria mais organizada para buscar e lutar por melhorias. Nós temos um quantitativo de 40 famílias. Enquanto o quantitativo de participantes, os participantes que atuam assim nas reuniões, na vida comunitária, não contando com essas quarenta famílias,



são em torno de 20 famílias. Que participam mesmo. Ela é organizada por uma coordenação de 10 pessoas orientadas pela paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz. (Coordenadora da Comunidade São Pedro).

Ao ser questionada sobre o trabalho da comunidade com a questão ambiental, a liderança enfatiza que o trabalho da igreja envolve as questões sociais, mas sempre buscando estimular nos seus participantes a importância da preservação do meio ambiente em que vivem; ela relata que é uma das principais causas de luta da comunidade. De acordo com Ayres (2008), a sustentabilidade estabelece regras e condutas sobre a maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza e como eles são responsáveis para com o outro e as futuras gerações. Neste contexto, observa-se que a sustentabilidade é condizente ao crescimento econômico, baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais (LOZANO, 2012).

Os impactos socioambientais têm interferido diretamente na vida cotidiana da comunidade, que tem buscado cada vez mais se organizar enquanto movimento de resistência. Segundo relato da coordenadora, esses efeitos são percebidos:

[...] nas atividades nossas de cada dia, através da atividade da pesca, da agricultura, no ar que respiramos e nos problemas sociais que isso acaba trazendo para nós. Sempre lutamos, a gente faz o que pode, tentando organizar o povo junto aos outros parceiros para buscarmos os nossos direitos e o que é melhor para todos nós. (Coordenadora da Comunidade São Pedro).

Segundo Acselrad (2010), o capitalismo reserva para as regiões mais pobres apenas os rejeitos e as mazelas sociais, ao mesmo tempo em que para as áreas mais ricas ficam os benefícios da sustentabilidade ambiental.

Ao se tratar sobre o posicionamento da comunidade em relação à possível implantação do Porto Cargill, evidencia-se a resistência e o posicionamento contrário à proposta deste projeto dito “desenvolvimentista”, que segundo a liderança só trazem prejuízo à comunidade, assim como faz o complexo Albras/ Alunorte, afirma. Segundo ela, a missão e o compromisso cristão deles são de defender o território que eles ocupam quanto às possíveis ameaças de ocupação e exploração de grandes empresas capitalistas.

[...] nossa perspectiva é manter e fortalecer cada vez mais os nossos movimentos, mostrando para essas empresas que apesar de sua ganância, eles devem levar em conta os nossos valores, nossa cultura e entre tantas outras coisas que nós possuímos, que nós temos no nosso local, na nossa ilha, ou melhor, nas nossas ilhas, nas nossas comunidades. Nossa missão e nosso compromisso cristão é defender os nossos territórios que a todo custo querem ocupar. (Coordenadora da Comunidade São Pedro).

Para Acselrad (2015), os grupos sociais possuem existência coletiva não capitalista, e segundo ele:

A história de espacial do capitalismo descreve dois movimentos: o da busca de novos horizontes, fronteiras e localizações para a acumulação de riqueza; e o da transformação de espaços pré-existentes, no qual formas sociais não capitalistas são desestruturadas, extraindo-se delas terra, trabalho e recursos naturais para serem incorporados aos circuitos da grande produção comercial (ACSELRAD, 2015, p.8).

Quanto às principais ameaças que a implantação do porto Cargill podem trazer para a comunidade, a coordenadora afirmou que a construção do porto vai gerar desconforto, tirar o sossego dos moradores e vai prejudicar na pesca, pois os moradores das comunidades do entorno utilizam toda a extensão do rio para a pesca e com a construção do porto seus pequenos barcos não vão poder circular em determinadas áreas.

Segundo Vilhena e Fonseca (2018) a construção do porto acarretará em impactos e interferência na atividade pesqueira, no aumento do tráfego de embarcações na hidrovia e as atividades de carregamento hidroviário dos comboios e barcaças poderão, eventualmente, gerar interferências significativas, modificando as rotas pesqueiras atualmente utilizadas pelos pescadores locais e produzindo efeitos nas condições da fauna aquática, gerando um conflito social em resposta a este cenário.

A coordenadora também ressaltou a questão do lixo, do derramamento de óleo no rio, a retirada da mata ciliar e a possível erosão do rio, além da poluição sonora e ainda a questão dos problemas sociais, como a prostituição infantil e o uso e tráfico de drogas. De acordo com ela, não é que esses problemas não existam na comunidade, mas para ela é claro que com a construção do porto esse número vai aumentar consideravelmente.

Existe um dinamismo do sistema de várzea nas Ilhas de Abaetetuba que se manifesta na complexidade da exploração dos recursos naturais pelos seus habitantes. Ali, os ribeirinhos desenvolvem uma série de atividades ao longo de ciclos anuais de modo que nenhuma inviabiliza completamente a prática da outra (FERREIRA, 2014). Para Almeida (2010), as ameaças aos modos de vida, de trabalho e de produção, bem como o receio de que as grandes empresas coloquem em perigo a reprodução de pequenos agricultores e extrativistas acabam por desencadear tensões e conflitos entre os atores sociais envolvidos.

O grande desafio da organização se mostrar como resistência frente à implantação desse projeto é o fato de que algumas famílias não participam das reuniões da comunidade e não se articulam. Renata diz que muitas famílias estão acomodadas esperando por lideranças e por outras famílias que conseguem se articular junto à comunidade somando forças e frente de

enfrentamento.

Diante dessa entrevista, pode-se constatar a preocupação da Igreja Católica com a comunidade e com as questões socioambientais, pois o ambiente é de todos e não somente de um só, nele trabalha-se a coletividade. Ademais, na questão social, a preocupação com o aumento das mazelas deixadas por grandes empreendimentos.

## **5.2 A percepção da Associação dos Moradores da Ilha de Abaetetuba – AMIA**

A entrevista concedida pela Associação dos Moradores da Ilha de Abaetetuba (AMIA) foi realizada com o representante da associação. Foi coordenador da pastoral da juventude e atualmente faz parte da secretaria da pastoral da juventude da Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz - Paróquia das Ilhas, além de estar à frente da associação dos moradores das ilhas de Abaetetuba (AMIA), como presidente, há quase um ano.

Não se tem um número exato de associados, contudo, até a última diretoria chegou-se a falar-se em dois mil sócios, o que é considerado pouco se levar em consideração o número de moradores das ilhas, que somam aproximadamente 40% do total de 141,100 habitantes no Município (IBGE 2010). No entanto, a AMIA representa todas as comunidades existentes nas Ilhas de Abaetetuba e rios.

Os movimentos sociais se baseiam “num sentimento de moralidade e injustiça e num poder social baseado na mobilização social contra as privações (exclusões) e pela sobrevivência e identidade” (FRANK e FUENTES, 1989, p. 19).

A AMIA foi fundada em 15 de julho de 1986, e surgiu através de uma conversa somente entre membros da Igreja Católica. Com iniciativa do padre José Burguese, percebeu-se a necessidade das ilhas terem uma associação que pudesse unir as duas igrejas, a igreja católica e a igreja evangélica, e que também pudesse interagir junto a outras paróquias das ilhas a fim de discutir políticas públicas para as comunidades, o que naquela época não existia nas ilhas de Abaetetuba, surgindo, diante deste fato, a AMIA. O presidente da Associação destaca que:

[...] principal objetivo da Amia e ela traz como lema “Amia em defesa da vida”. O principal objetivo da associação em si é garantir o direito dos moradores das ilhas de Abaetetuba aonde se possa estar defendendo a vida nos seus diversos âmbitos para reivindicação de políticas públicas para os moradores das ilhas de Abaetetuba pra de certa forma fomentar a vida do povo das ilhas de Abaetetuba. Então a gente vai percebendo que a AMIA em si, ela fez monitoramento de vários projetos em si, voltados para agricultura familiar sobre a economia popular solidária e esses projetos é justamente para que o povo das ilhas pudessem ter uma oportunidade de renda melhor, de vida melhor, mas o que nós podemos dizer é que a grande contribuição da AMIA ao longo desses trinta...trinta e quatro anos, foi a defesa da vida no sentido das políticas públicas. Costumo dizer que tudo que nós nas ilhas de Abaetetuba, escola, os postos de saúde que hoje não estão funcionando, os agentes de saúde, educação

infantil, formação de professores... tudo foi luta que se conseguiu através da AMIA. (Presidente da AMIA).

Atribui-se aos movimentos sociais um importante papel na execução das políticas públicas. De acordo com Lambertucci (2009, p.72), “as contribuições dos movimentos e organizações sociais impactam as políticas públicas e são garantias de execução, isto significa uma mudança na relação com a sociedade civil e um autêntico reconhecimento do papel das entidades”.

De acordo com Max, a AMIA faz o monitoramento de vários projetos, voltados para o campo, como a agricultura familiar e a economia popular solidária. Esses projetos foram desenvolvidos para dar ao povo das ilhas oportunidade de uma forma de vida melhor. Esses projetos são a grande contribuição da AMIA para a população das Ilhas de Abaetetuba nesses 34 anos. A associação com o apoio de outras entidades é responsável por tudo que hoje há nas Ilhas de Abaetetuba, as escolas, os agentes de saúde, o posto de saúde que hoje não está funcionando. A AMIA sempre esteve na linha de frente em busca melhorias para o povo das Ilhas de Abaetetuba.

A AMIA tem representação em quatro conselhos que são Conselho de Juventude, Conselho do Idoso, o Conselho de Assistência Social e o Conselho da Saúde. Esses quatro conselhos os quais a entidade faz parte, discutem o que está sendo feito em relação a políticas públicas para os moradores das ilhas. Atualmente, a associação faz o acompanhamento do empreendimento do porto, fazendo-se presente em reuniões de acompanhamento, porém conforme ele afirmou, muitas coisas que a empresa faz são encobertas. A associação juntamente com outros movimentos uniu-se para lutar em favor das comunidades e esse foi o ponto positivo que esta ameaça do porto trouxe, de unir os movimentos sociais novamente com o propósito de garantir os direitos das comunidades, relata Max.

Para Mellucci (1997), esses movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas, atuando em redes, e constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Os movimentos sociais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas, criando identidades para grupos antes dispersos e desorganizados.

A principal dificuldade enfrentada pela AMAI é o recurso financeiro, pois a associação ficou um período sem receber a contribuição dos sócios devido ao período de desorganização na diretoria, fator que compromete diretamente a articulação da associação com a comunidade. Outra dificuldade é em relação ao espaço, a associação não possui um espaço próprio. O espaço

que se tinha antes era alugado, mas a associação não teve mais condições de arcar com o pagamento do aluguel. O local utilizado pela associação é o das paróquias das ilhas, a AMAI recebe apoio do pároco. Ainda tem a resistência enfrentada por alguns movimentos, segundo ele, algumas lideranças de outras entidades e até mesmo da AMAI passam a ser cooptadas aos grandes projetos. A cooptação de liderança atrapalha o trabalho da associação. Conforme Bastos (2016), a sociedade passa a ficar dividida entre o discurso do desenvolvimento, da resistência e do atraso, porque essas três formas discursivas entram em cena.

Quanto à possível implantação do porto Cargill no município, a associação é totalmente contrária e tem somado forças para barrar a implantação. Um acontecimento muito importante para eles sobre este fato foi o adiamento da audiência pública da associação e a empresa, que estava marcada para acontecer em julho do ano passado. A associação enquanto entidade se manifestou contra fazendo uma carta de repúdio junto a outras entidades, a qual foi encaminhada para o ministério público, defensoria pública, inclusive para a SEMAS (principal alvo por ser o órgão que concede o licenciamento do projeto). Os documentos foram devidamente entregues e protocolados nos referidos órgãos em Belém.

A convenção dos povos indígenas e tribais de 1989, que é uma convenção da organização internacional do trabalho, conhecida como ILO 169, onde se refere que o povo deve ser consultado previamente, tem sido um amparo para essas comunidades que têm se organizado para a construção do seu protocolo de consulta. A associação faz o acompanhamento do processo de implantação do porto no município desde 2019.

O nosso posicionamento é sempre frente aos impactos que vem para agredir, porque se nós somos uma associação de moradores das Ilhas de Abaetetuba, nós devemos sempre nos posicionar e defender os interesses do nosso povo e que venha beneficiar as nossas ilhas. A gente sabe que os impactos negativos que a empresa em si vem trazer eles são muito grandes, então é estrondoso. A gente já vê por outras realizadas que aconteceram fora e isso a gente não quer pro nosso povo. (Presidente da AMIA)

Segundo Mellucci (1997), os movimentos sociais constituem expressões de organizações de pessoas e grupos sociais que se articulam e lutam em conjunto por objetivos comuns. A Convenção 169 é uma referência significativa do direito internacional dos povos indígenas e tribais, da qual o Brasil é assinante. Essas são marcas simbólicas das lutas e reivindicações por direitos territoriais que foram conquistados por grupos étnicos objetivados em movimentos sociais. Entretanto, atualmente passam a serem duramente combatidos pelo Estado (BASTOS, 2019).

A sociedade se fez presente dentro de movimentos de reivindicações como “o grito dos

excluídos” e “o grito das águas”, que é uma atividade em parceria com outras entidades como forma de resistência ao interesse de grandes empresas. Os moradores são contrários aos impactos causados ao meio ambiente e à população local. Eles têm consciência dos impactos negativos que a população pode sofrer com a implantação do empreendimento, porque já tem exemplos de outras cidades, e isso eles não querem para o povo deles, relata MAX.

O capitalismo predatório dos recursos naturais, não resolveu as desigualdades sociais, mas expandiu suas fronteiras criando com isso uma crescente desigualdade ambiental, especialmente em regiões possuidoras de uma sociobiodiversidade singular, onde “o meio ambiente é visto como oportunidade de negócios” (ACSELRAD, 2005).

Em relação aos impactos sofridos pela implantação do porto da Cargill, não serão sentidos somente na região onde vai ser instalado o porto, Ilhas do Capim, Urubuêua, Tabatinga e Aranduba, comunidades essas que entram na discussão do mapeamento da empresa. Porém, eles sabem que não são apenas essas comunidades que vão sofrer com os impactos trazidos pela construção do porto. Ele afirma que devido ao fenômeno das marés, toda a região das ilhas sofrerá com os impactos causados nos rios, o povo depende do rio para viver, e muitas famílias poderão sentir-se ameaçadas e deixarão suas comunidades, irão viver em vulnerabilidade social dentro da cidade.

Para Lima (2001), a várzea da Amazônia não é somente um ecossistema formado pela “dinâmica das marés”, ela é composta por um entrelaçamento social complexo. É um território onde a hegemonia das águas condiciona a vida social, econômica, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais, que passaram a serem visibilizados a partir de uma perspectiva coletiva.

Diante dos fatos, ressalta-se a fragilidade dessa população onde a maior parte da população das Ilhas de Abaetetuba não tem emprego efetivo e a maioria dos empregos vem dos comércios, porém são temporários. Caso o projeto venha a acontecer, as oportunidades de empregos serão apenas na fase de construção, empregos momentâneos.

Depois da obra concluída, os empregos mesmos serão dados a pessoas de fora, como aconteceu em Barcarena. No estudo desenvolvido pela empresa, a mesma disponibiliza para a população da região em torno de 200 empregos, são empregos temporários e que exigem qualificação técnica, o que não condiz com a realidade da população que mal tem a educação básica e onde o índice de analfabetismo da população é muito elevado. Para Max, eles estão defendendo o futuro da população local, não estão pensando apenas no momento, estão tentando garantir a preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

De acordo com Bastos (2016), o discurso do desenvolvimento regional com a

implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, inviabilizou os modos de vida dos povos tradicionais que habitam nas várzeas, pois são os principais atores de desastres ambientais irreparáveis para a cadeia produtiva alimentar e cultural desses povos.

A AMIA conta com a parceria dos movimentos da paróquia das ilhas, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), Movimento dos Ribeirinhos dos Rios e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas dos Projetos de Assentamento Agroextrativista de Abaetetuba (MORIPA) e comissão pastoral da terra (CPT). Também conta com o apoio da CARITAS e do Instituto Federal do Pará (IFPA) que também faz parceria com a associação.

### **5.3 A percepção da comunidade católica Santo Antônio**

A comunidade Católica Santo Antônio é a mais antiga organização social da Ilha do Capim. Desde a fundação, são mais de 47 anos, ela surge a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), denominada como Comunidade Católica Santo Antônio. Quem concedeu a entrevista foi o líder comunitário de 37 anos, o qual está à frente dessa organização, engajado nas lutas e causas sociais há 15 anos aproximadamente.

De acordo com o líder comunitário, o principal motivo de estar na área social em que ele atua é defender a vida das pessoas do seu território, que todos estejam com sua qualidade de vida garantida. Para isso a comunidade começou a se organizar para defender seus interesses em comum, como luta por melhorias de educação, de saúde e de segurança. Essa luta urge a partir dessa busca por melhorias. Ele relata que desde o tempo do seu avô, há 48 anos, surgiu a comunidade e naquele período já se lutava para que tivesse escola, posto de saúde e segurança. Na área da saúde lutaram para que tivessem o agente de posto, o técnico de enfermagem, entre outras políticas públicas.

No que se refere às principais causas da igreja, se tem a defesa do território uma vez que se entende que dentro do território tem a cultura dos moradores, e que dele a população vive de uma forma sustentável. Então, caso eles percam esse território, de acordo com o presidente, esses moradores se sentiriam de alguma forma como órfãos daquilo que eles vêm mantendo durante várias gerações. A igreja tem conhecimento que a luta em defesa do território é devido à vida de uma forma extrativista; os moradores são pescadores, são ribeirinhos e vivem de uma forma extrativista, de uma forma sustentável e devido a isso, faz-se necessário que todos se mantenham dentro desse território com sua cultura, fé e costumes.

Os fiéis da Comunidade Santo Antonio encontram dificuldades internas e externas. A

dificuldade externa é que as grandes empresas não respeitam a comunidade ribeirinha e pescadores, e vem de muitas formas agredindo, adentrando o território sem consentimento, especulando, comprando e espalhando notícias que não são verdadeiras. De acordo com o presidente da organização, há também a tentativa de criminalizar lideranças de dentro do território, alegando que os moradores não querem o desenvolvimento, mas um desenvolvimento coletivo, onde não haja privatização.

Quanto aos impactos sociais, ambientais e econômicos, estes são percebidos pela comunidade desde quando foi instalado o complexo Albras/Alunorte. Desde então, a comunidade sofre diversas agressões na área ambiental, social e na área econômica. O que compromete o trabalho dos ribeirinhos e dos pescadores. Também foi percebido pela comunidade diversos acidentes acontecidos dentro do complexo Albras/ Alunorte portuário, como naufrágio e derramamento da bacia de rejeito que culminaram na comunidade perdendo a sua quantidade de pescado. Cabe ressaltar também a poluição pelo ar, que afeta a saúde das pessoas e diversos tipos de doenças que aparecem dentro do território. Quando o complexo Albras/Alunorte tentou comprar uma parte do território da Ilha do Capim para que se fizessem depósitos, a partir daí, a comunidade percebeu que estava ameaçada a perder esse território e já não era suficiente a perda da sua economia, diante da agressão à saúde e à cultura. Isso tudo acompanhado de propostas ilusórias de geração de empregos, de progredir com desenvolvimento, entretanto, a comunidade está convicta que desenvolvimento é para ser coletivo, e não privatizar e dizer que é desenvolvimento.

No que se refere às ações que os moradores fazem para preservar e lutar pelo território, as pessoas buscam de alguma forma orientação, discussão e também de muitas formas na prática de como construir a reserva ecológica, busca-se fazer a resistência para que os direitos permaneçam garantidos pela convenção 169, em quem tem autonomia sobre esse território é o ribeirinho, o ser extrativista e a própria comunidade, logo, não são as empresas que ditam as regras e sim os moradores que acreditam que vivem de forma sustentável. Algo que o presidente em voga resalta é a água do rio que os moradores consumiam para beber, ultimamente eles já não consomem devido à poluição.

No que diz respeito à posição quanto à Implantação do porto da Cargill, a organização é totalmente contrária. Primeiramente, porque se trata de uma empresa privada que, segundo a organização, vem afligir todo e qualquer tipo de direito, cabendo dizer que um território da união e a empresa Cargill e a Mix Logística compraram um território dentro de um PAE de assentamento e isso é irregular, ou seja, não poderia porque está consentido para essas comunidades tradicionais trabalharem o projeto de reforma agrária. E antes de se implantar o



projeto de reforma agrária, já era uma área ribeirinha que é respaldada pela convenção 169 e os moradores possuem a autonomia sobre o território de como se deve viver.

O que confirma o que é dito por Furtado e Oliveira Neto:

Essa propriedade da terra, e o território, são elementos da identidade desses sujeitos pela mútua relação de construção e condicionamento de relações entre os sujeitos e desses com o território, tanto o é que a construção parte da ação, na intenção e na prática em si, de indivíduos com pensamentos afins, ou não. O território camponês ribeirinho se constitui, pela perspectiva desses camponeses, a partir da relação que se desdobra do uso em prática que é ameaçado pelo uso engendrado pelo “outro” externo, dos projetos de desenvolvimento e lógica capitalista (p.5, 2019)

A partir daí, com o desrespeito pelos órgãos, apesar das informações, diversas denúncias e os órgãos competentes como ministério público ASPU, os quais não deram resposta, isso se denota como desrespeito. Então, o posicionamento da organização, bem como o da igreja é contrário, porque esse projeto vem para enriquecer cada vez mais a iniciativa privada, os grandes empresários que muitas das vezes nem são brasileiros. Isso vai trazer prejuízo pra os ribeirinhos, pois se precisa do rio para pescar, para tomar banho, navegar e como organização, eles entendem que isso é uma ameaça a nossa maior riqueza que são os seres humanos. Essa área é uma área coletiva e as grandes empresas buscam privatizar e sabe-se que vai trazer diversos prejuízos como exclusão, visto que a organização vive de uma forma coletiva e o projeto é privado.

Os principais desafios que a organização verifica é que, quem poderia estar defendendo o que já está na lei, está de certa forma, conivente com as grandes empresas. Gestor municipal, a própria câmara que deveria fiscalizar o SPU, o INCRA, o próprio governo do estado, o ministério público federal, a defensoria pública do município e do estado, que deveriam defender o que está na lei e dar uma resposta à comunidade, que é a comunidade tradicional e tem pouco recurso para fazer esse enfrentamento, concorda com as ações do projeto. Mas de alguma forma, a comunidade busca se organizar, porque compreende que se ela não lutar quem deveria lutar não está fazendo a sua parte. Então, ela precisa se organizar até pelo ponto de vista econômico, haja vista que toda organização precisa ter um suporte financeiro.

A paróquia das ilhas, Nossa Senhora Rainha da Paz, que assessora, que apoia, tem também parceria com o PAE de assentamento PAE Santo Antonio II, Parceiros com a Igreja São Pedro, a igreja evangélica, parceria com a fase, CPT, AMIA, ARQUIA, PAE Santo Afonso, PAE Nossa Senhora de Nazaré, também a comunidade Quilombola Açacu e outras comunidades que dão apoio nessa organização em defesa do território.

De acordo com Furtado e Oliveira Neto (2019), a reivindicação de direitos a partir do

reconhecimento dos territórios ribeirinhos surge a partir da ameaça à reprodução social e cultural de um grupo/comunidade, diante de um “outro” externo à lógica a ser ameaçada.

O principal instrumento de defesa é a conscientização do povo de que esse território é um bem comum, coletivo e a partir daí, tem uma reserva ecológica coletiva; o território é um PAE de assentamento coletivo. Entende-se que para manter a cultura, o modo de viver, precisa-se desse território. E daí, constrói-se diversos tipos de ferramentas, como a parceria com as instituições, a construção do protocolo de consulta que está em andamento, fazendo-se necessário construir um fundo solidário comunitário que dê suporte de organização financeira para que se possa manter essa resistência, também em parceria com a escola, trabalhando a conscientização e a formação de novas lideranças para que possam persistir nesse território.

No que se refere à população, existem pessoas que são a favor ou que são contra a chegada dessa “modernização” e desse dito “progresso”. Muitas das vezes, essas pessoas são iludidas por diversas promessas de progresso, que vão gerar emprego sem ter uma qualificação para trabalhar nessa área, e sem perceber que é um projeto privado. Então, tem esses entraves por uma parte pequena de pessoas.

Por outro lado, tem-se um grupo maior de pessoas que entende que esse projeto não foi pensado, idealizado, proposto para desenvolver a comunidade, mas sim para adentrar dentro desse território e cada vez mais enriquecer e trazer diversos prejuízos ambientais, econômicos, culturais para essa região. Entende-se que esse projeto não vai atingir e trazer prejuízo só para essa comunidade, mas sim para um grupo maior de comunidades, para o meio ambiente e a sociedade como um todo.

A organização finalizou a entrevista, afirmando que a Cargill apresentou algumas maquetes de projetos, cada uma diferente da outra, sem muita informação técnica, não respeitou o que diz a lei, em que antes de tudo deveria consultar a comunidade e apresentar o verdadeiro projeto para que a comunidade pudesse se posicionar. Então, ela não fez isso. Veio com duas empresas contratadas, a PIRABIRU e a AMBIENTARES que de uma forma irregular tentaram fazer pesquisa nesse território. Apresentou algumas maquetes de projetos como uma área portuária para armazenamento e carregamento de grãos, soja e milho. Apresentaram esse projeto, essa proposta, dizendo que iriam gerar milhares de emprego, mas na realidade é um porto que não vai gerar tantos empregos e a esta região não está qualificada para trabalhar nessa área. É um projeto que não condiz com a realidade.

#### 5.4 A percepção da associação de moradores da ilha do Capim

Quanto às mudanças no modo de organização da ilha ao longo do tempo frente aos grandes projetos, o presidente da associação afirmou que se faz necessário lutar pelas ilhas, pelo território no que diz respeito às invasões das empresas. Ele ressaltou a questão das gerações ao longo do tempo, dos costumes próprios que estão sendo prejudicados pelos grandes projetos, uma vez que várias se encontram na periferia em cidades mais centrais, o que também prejudica o futuro desses jovens.

Na nossa geração passada, do meu pai nunca teve isso aqui, essa resistência pra querer tomar a nossa terra. A gente lembra que era uma moradia tão maravilhosa que a gente tinha que, que nós não tinha poluição nenhuma, não tinha nada dessas coisas e hoje a gente vê tantas coisas chegando pra gente, teve muitas mudanças. Eu to com 6 anos de presidente da associação e estamos em um mandato de mais anos e eu to feliz por isso, porque a gente está lutando pelo bem estar do nosso território do nosso povo e isso é muito importante pra cada família que vive aqui. (Presidente da Associação).

Para Furtado e Oliveira Neto (2019), os conflitos territoriais na Amazônia são vistos tanto pelas disputas por um modo de desenvolvimento quanto pelo reconhecimento de territórios subalternizados de forma estratégica. Por meio do reconhecimento e do entendimento de um território e da territorialidade ribeirinha na Ilha do Capim, faz-se necessária uma agenda de reivindicação de direitos a fim de permanecer a reprodução social e manutenção da territorialidade ribeirinha. Na verdade, mostra-se uma repulsa à subalternização desses territórios ao capital e lógica capitalista, uma vez que os moradores da localidade reproduzem socialmente, a partir de suas atividades laborais e sociabilidades entre outras comunidades na região dessas ilhas.

De acordo com o presidente, a esperança é que se realize um trabalho muito extenso sobre isso, uma vez que os moradores sabem quem podem lutar pelas ilhas. Ele como presidente da associação espera que o trabalho combata esse empreendimento, uma vez que este não trará benefícios futuros, além de destruição, poluição, a exemplo de outros lugares, em que o presidente em questão mencionou Brumadinho, fazendo uma referência ao rompimento da barragem.

O presidente alega que os governantes não se importam com a população no que se refere aos empreendimentos estrangeiros, ressaltando que antes não havia poluição, que as águas que cercam a ilha eram limpas, e que agora encontram-se inadequadas para o consumo, bem como a produção de frutas que sofre uma dificuldade de ter colheitas como antes.

Uma empresa mencionada em seu discurso é Albras, o qual destaca a poluição e alega que ocorreram 18 acidentes que não foram reparados. O presidente considera que a população

sofre com esses danos causados pela referida empresa.

Quanto aos parceiros na busca de reivindicações juntamente com os moradores, têm-se AMIA, Colônia dos pescadores, AMUCA, Diocese, as Universidades (externas), a comunidade evangélica, sendo que entre essas instituições não só pertencem à Ilha do Capim, mas também a outras localidades como o Xingu e Vilar, as quais se organizam em conjunto com a comunidade a fim de ir em busca dos mesmos ideais.

De acordo com Furtado e Oliveira Neto (2019), o conflito, então, está no embate direto e a partir das contradições e desigualdades propiciadas pelo capitalismo, ao expandir-se e modificar todas as relações para seu objetivo. A prática capitalista “tem a necessidade de reinvenção de um grupo, classe e comunidade em consequência de uma desapropriação cultural e expropriação” (FURTADO, OLIVEIRA NETO, 2019). Outro fator relevante é o enfrentamento, o qual é um momento do conflito, então para entendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade, que se configura como um processo constante vivido pelas contradições e desigualdades do capitalismo.

Quanto ao avanço da associação, o presidente faz uma análise positiva e que a organização tem se fortalecido ao longo do tempo, uma vez que são poucas pessoas que não são engajadas; a maioria da população se posiciona contra empreendimentos empresariais na localidade.

No que diz respeito aos males que podem vir com o porto da Cargill, segundo o Presidente da Associação, alega-se que com o surgimento desse empreendimento, trará bastante problemas como a prostituição, a entrada de drogas e a poluição. Diante disso, a população opta pela resistência a qualquer projeto que prejudique a rotina dos moradores, e garante que vai lutar pelo território que pertence às famílias locais.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo analisou os impactos socioambientais indiretos do porto da Cargill, ou seja, antes de sua implantação no município de Abaetetuba no estado do Pará, e como as organizações sociais presentes neste território vêm reagindo a este cenário. Deu ênfase ao processo de disputas territoriais, às identidades coletivas, em sua luta contra o Estado e os grandes empreendimentos. Há uma discordância de interesses entre os atores do desenvolvimento e os interesses dos povos e comunidades tradicionais. Existe um oportunismo de grandes empresas multinacionais com discurso salvacionista de desenvolvimento local e geração de emprego, por meio de projetos de infraestrutura.

Os impactos socioambientais são provenientes, principalmente, de dois grandes projetos. O primeiro, já instalado, é o complexo industrial e portuário de Barcarena. O segundo, é o TUP da Cargill, em processo de implantação. Os impactos diretos e perceptíveis, como poluição dos recursos hídricos, do ar e do solo, se somam com a perda da produção agrícola, da pesca e do extrativismo do açaí, configurando um risco para a segurança alimentar e manutenção dos hábitos alimentares da comunidade. O desmatamento e a perda da mata ciliar são impactos que afetam a reprodução da vida aquática e terrestre naqueles ecossistemas. As barreiras físicas de balsas transportadoras de grãos também causam impactos na organização e no trabalho da pesca artesanal.

Outros impactos socioambientais, mesmo estruturais, são menos perceptíveis à primeira vista. Os grandes projetos têm ocasionado a especulação fundiária e desterritorializado parcela da comunidade, levando-os a ocupar as periferias da cidade de Abaetetuba.

Observou-se que o processo de instalação do porto vem causando impactos sociais, como a divisão da comunidade, com divergências de opiniões. Contudo, a maioria da população das Ilhas de Abaetetuba mostra-se contra a construção do porto, devido aos possíveis impactos que a comunidade poderá vir a sofrer com a implantação do mesmo, o que vem ocasionando revolta por parte da população. Esta insatisfação originou um movimento contra a construção do porto, ganhando apoio das principais lideranças sociais da região.

A dinâmica de operação do TUP poderá influenciar expressivamente na rotina não só de quem pesca como de quem utiliza o rio para se deslocar, trabalhar, entre outras atividades. O funcionamento do terminal, considerando os outros terminais portuários, poderá ocasionar ainda mais alteração de fluxos de embarcações da região, para evitar acidentes e colisões. As medidas de prevenção consideram a sinalização de áreas de pesca e de áreas de circulação de embarcações do empreendimento, proposta de limitação geográfica para áreas de usufruto pela comunidade, principalmente através da pesca, podendo reduzir a produção do pescado e trazer prejuízos econômicos e socioculturais, considerando a alteração do acesso para as embarcações.

Para os ribeirinhos, os quilombolas, os povos que vivem no campo, a terra para eles vai além do território, é o modo de vida e resistência, é o ambiente natural e social, onde os saberes são construídos ao longo do tempo e do espaço por identidades coletivas no território etnicamente configurado. A iminência da perda de direitos territoriais frente à construção do TUP Abaetetuba impulsionou a condução de manifestações no âmbito de impedir este modelo de desenvolvimento.

Por terem restrito poder social, político e econômico, os ribeirinhos, assim como outras minorias, estão sujeitos aos riscos ambientais e sociais decorrentes da exploração dos recursos

naturais. Os resultados apresentados nesta pesquisa retratam o quadro de injustiças ambientais e sociais às quais estão sujeitos e vulneráveis os povos das Ilhas de Abaetetuba. As comunidades da Ilha do Capim têm resistido às interferências exógenas, traçando estratégias de luta e sobrevivência.

Neste sentido, os conflitos socioambientais produzidos pelo enfrentamento dos grandes projetos, têm se constituído na defesa do território e da vida. Os conflitos também têm gerado maior participação e engajamento das comunidades, mesmo com algumas diferenças de opiniões. A defesa do território gerou uma certa unidade política, mesmo considerando as diferenças de credos religiosos. Em última análise, o que está em conflito nesta porção da Amazônia é a luta entre a concepção, instrumentos e agentes do moderno sistema capitalista de produção e reprodução e uma visão de mundo, prática e saberes tradicionais baseados num equilíbrio dinâmico entre ser humano e natureza.

Para além dessa leitura crítica, são sabedores da necessidade de desarticulação dessa rede de controle, poder e apropriação que tem se intensificado não somente em Abaetetuba, mas em toda a Amazônia. Os movimentos sociais são estratégias de luta contra os impactos ambientais, econômicos e sociais decorrentes, sobretudo, desses empreendimentos. Tais empreendimentos têm redefinido o espaço geográfico da região, assim como as condições essenciais de vida das populações, sobretudo, tradicionais e camponesas que coexistem com a floresta Amazônica.

Assim, as mudanças organizacionais verificadas como síntese dos conflitos socioambientais permitiram a criação de fóruns, atividades e ações de resistência, como o “Grito das Águas”. Também ampliaram a consciência de classe, apontando uma maior criticidade acerca do Estado e ausência de políticas públicas. O peso econômico e político do grande projeto e os impactos, levaram a construção de uma certa unidade política dos ribeirinhos, assim como uma ação articulada em rede. Finalmente, verificou-se que as mudanças organizacionais dos movimentos sociais resistentes apontam para um maior engajamento socioambiental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB’SÁBER, A. N. **Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos.** In: AB’SÁBER, A. N.; MÜLLER-PLANTENBERG, C. (Org.). Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul: experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: Edusp, 1994. p. 27-49.

ACSELRAD, H. 2017. **O lugar e as possibilidades da política: sentidos da cartografia social.** GAIOSO, A. V; MARTINS, C. C; NOVAES, J. S. de; NUNES, P. M. P. (Orgs.). Rio de Janeiro/São Luiz: Casa 8. (Coleção Aulas Inaugurais; 4).

ANDRADE, R.A. **Organização Social na Amazônia: Uma experiência de associativismo na RDS Rio Madeira (Novo Aripuanã e Manicoré/AM).** Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB). Brasília, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia.** Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALVES, Stevam Gabriel; SANTOS, Solange Laurentino dos. **INJUSTIÇAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O QUE SÃO E COMO SURGEM?** R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 216-226, jul./set. 2017.216 doi: 10.19177/rsgsa.v6e22017216-226.

AYRES, R.U. Sustainability economics: Where do we stand? **Ecological Economics**, v.67, n.2, p.281-310, 2008.

AZEVEDO, Hueliton Pereira. **Transição agroecológica: reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2018.

BARROS, N.; COLE, J. J.; TRANVIK, L. J.; PRAIRIE, Y. T.; BASTVIKEN, D.; HUSZAR, V. L. M.; GIORGIO, P. del; ROLAND, F. Carbon emission from hydroelectric reservoirs linked to reservoir age and latitude. **Nature Geoscience**, v. 4, p. 593-596, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/NGEO1211>. Acesso em: 04 dez. 2019.

BASTOS, Nelson Ramos. **TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA NO MUNDO SOCIAL DA VÁRZEA: a cartografia social dos ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu Abaetetuba/PA.** Dissertação (Dissertação em, Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI) Abaetetuba, 2016.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e correntes mercadológicas. **Gestão agroindustrial**, v. 2, p. 28-34, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness cooperativo: Economia, doutrina, e estratégias de gestão. Piracicaba: **ESALQ/USP**, 1994.

BLAU, P. M. e SCOTT, S. R. Organizações formais: uma abordagem comparativa 1. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

BOURDIEU, Pierre. Espace social et espace symbolique. In: Raison Pratique. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

BOURDIEU, Pierre. (1967), “Posfácio”. In: PANOFSKY, Erwin. **Architecture gothique et pensée scolastique**, Paris, Éditions de Minuit, pp. 133-167. Tradução de Pierre Bourdieu.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRITO, D.M.C. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS**, Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011. Disponível em: <periódicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewArticle/371>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos. **Gestão agroindustrial**, v. 2, p. 325-382, 2001.

CARVALHO, Guilherme. **Grandes Projetos de infraestrutura, conflitos e violação de direitos na**. Belém: NAEA, 2012. p.01-18.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Temos um esplêndido passado pela frente? As possíveis consequências do asfaltamento da BR-163. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005, 496p.

CUNHA, Sandra Baptista - GUERRA, Antônio José Teixeira - **Avaliação e Perícia Ambiental**: Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Ltda - 2012.

FERREIRA, D. da S. Dinâmica Socioespacial em Comunidades Ribeirinhas das Ilhas De Abaetetuba-PA. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará (UFPA). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia PPGeo (UFPA) 2014.

FILHO, J. L. A; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009.

FRANK, A. Gunder, FUENTES, M. (1989). **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. Lua Nova, São Paulo: CECC, p. 19-48, 17 jun.

GEHLEN, Ivaldo. **Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável**. Publicado In Riella, Alberto (org.) *Glabolización, desarrollo y territorios menos favorecidos*. Montevideu: Universidad de La República, 2006. P265 – 283.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, InRevista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63. Pesquisa qualitativa.-tipos fundamentais, In **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.3, Mai./Jun. 1995b, p. 20-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> . Acesso em 3. Mar.2019.



HANNIGAN, John A. (1997), **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. 1. ed. Lisboa: Piaget.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: v.IV, EDUFPA, 2004.

HERCULANO, S. **Lá como cá: conflito, injustiças e racismo ambiental**. Disponível em: [http://sinop.unemat.br/site\\_antigo/prof/foto\\_p\\_downloads/fot\\_8304injustiya\\_e\\_bacismo\\_ambional\\_pdf.pdf](http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8304injustiya_e_bacismo_ambional_pdf.pdf). Acesso em 06/06/2019.

INPA. **Os grandes projetos na Amazônia**. ACTA AMAZÔNICA 12(2): 245-246. 1982. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aa/v12n2/1809-4392-aa-12-2-0245.pdf> > Acesso em 03 de dezembro de 2019.

LAMBERTUCCI, Antônio Roberto. **A participação social no governo Lula**. São Paulo: Cortez, 2009)

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: as novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009. p. 67-117.

LOURERO, V. R. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir**. ESTUDOS AVANÇADOS 16. (45), 2002.

LOPES, L. O. C. **Conflito Socioambiental E (Re)Organização Territorial: Minera Dora Alcoa E Comunidades Ribeirinhas Do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, Município De Juruti Pará Amazônia Brasil**. Dissertação (Dissertação em Desenvolvimento Rural) – PGDR. Porto Alegre, p. 270. 2012.

LÖWY Michael, **Crise Ecológica, Crise Capitalista, Crise De Civilização: a alternativa ecossocialista**. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013.

LOZANO, R. Towards better embedding sustainability into companies' systems: an analysis of voluntary corporate initiatives. **Journal of Cleaner Production**, v.25, n.0, p.14-26, 2012.  
MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.  
MELUCCI, Alberto. "Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do **Conhecimento**". In: Lua Nova. São Paulo Cedec, 1997.

MENDONÇA, Débora *et al.* **Impactos socioambientais dos grandes projetos de desenvolvimento: o caso do complexo industrial-portuário do Açú. R. Terra livre**. São Paulo. Ano 28, V.1, n.38 p.19-53 Jan-Jun 2012.

OLIVEIRA, A. Economia, território e trabalho: as dimensões da desigualdade no capitalismo. **GEOGRAFIA** – v. 14, n. 2, jul./dez. 2005 - Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

PIRES, Selma Sousa; *et al.* A expansão do agronegócio e a expropriação Agrária da Amazônia. In: **Anais do XXIX ALAS**. Congresso Latino Americano de Sociologia, 2013, Santiago. Congresso Latino Americano de Sociologia, 2013.

PORTO, Carlos Walter Gonçalves. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **"O que é Organização Social?"**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-que-organizacao-social.htm>>. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia**. ELIAS, Denise (colaboração). – 6. Ed. 2. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2014.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800/1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980 *apud* LOPES, L. O. C. Conflito Socioambiental E (Re) Organização Territorial: Minera Dora Alcoa e Comunidades Ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, Município de Juruti Pará Amazônia Brasil. (Dissertação em Desenvolvimento Rural) – PGDR. Porto Alegre, P. 270. 2012.

SÁNCHEZ, L.H. (2013) **Avaliação de impacto ambiental: Conceitos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos. 583p.

SCHLESINGER, Sergio; NORONHA, Silvia. **O Brasil está nu!** O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. – Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SOUSA, I. S. **Grandes projetos na Amazônia: Mudanças e Perspectiva da Produção do Espaço Urbano em Iranduba** – AM. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.71-80.

“UM GRITO DE REBELDIA E RESISTÊNCIA”, de ribeirinhos e quilombolas da região das Ilhas do Município de Abaetetuba. Nova Cartografia Social da Amazônia, 2018. Disponível em: <<http://www.novacartografiasocial.com.br>> / Acesso em: 28 de Agosto de 2019.

VILHENA, J do R; FONSECA, J. A. **Etnoconservação Dos Recursos Naturais E A Pesca Artesanal Na Comunidade São Pedro Na Ilha Do Capim No Município De Abaetetuba - Pará**. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - Vol. 6: Congestas 2018 ISSN 2318-7603

WAGNER, Alfredo. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum: Os Movimentos Sociais**. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos/ coord. de Nelson Giordano Delgado**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. 363 p. =

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

## APÊNDICE I – PRODUTO FINAL: DESCRIÇÃO DO PORTAL IMPACTO

### AMBIENTAL HTTP://IMPACTOAMBIENTAL.ONLINE/

O site impacto ambiental foi desenvolvido especialmente para manter a comunidade em geral informada e conectar diversas organizações sociais relacionadas ao meio ambiente. Desse modo, o site foi criado através de uma ferramenta especializada profissionalizada chamada wordpress, onde dentro da plataforma foi desenvolvido o designer do site e criação de cada tópico de menus. O primeiro menu “Início” foi adicionado um texto onde tem uma descrição do site; o segundo menu “Grandes Projetos” onde falamos características das grandes riquezas ambientais; no terceiro menu “Impactos Ambientais” falamos sobre alteração sofridas pelo meio ambiente que foram provocadas por determinadas ações no ambiente; no quarto menu “Organizações Sociais” falamos o jeito da conduta humana de como o ser humano se comporta frente a questão ambiental socialmente; no quinto menu “Dissertação” se encontra a dissertação desenvolvida pelo senhor Gessivaldo de Jesus Da Silva Ferreira; sexto menu “Denúncia” desenvolvido para a comunidade em geral fazer denúncias relacionadas ao impacto ambiental nas regiões; o sétimo menu “Trabalhos Acadêmicos” desenvolvido para adicionar dissertações, teses, papers e artigos onde serão adicionados posteriormente por responsável do impacto ambiental que administrarão o site.

## APÊNDICE II- PRODUTO FINAL: IMAGEM DO PORTAL IMPACTO AMBIENTAL

